

GIULIANO CARDOSO SALVARANI

**DIREITO ECONÔMICO E AUSTERIDADE: UMA ANÁLISE DAS FUNÇÕES DO
ORÇAMENTO NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Luís Fernando Massonetto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

GIULIANO CARDOSO SALVARANI

**DIREITO ECONÔMICO E AUSTERIDADE: UMA ANÁLISE DAS FUNÇÕES DO
ORÇAMENTO NO BRASIL**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Fernando Massonetto.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2020

Autorizo a reprodução e a divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

SALVARANI, Giuliano Cardoso

Direito econômico e austeridade: uma análise das funções do orçamento no Brasil / Giuliano Cardoso Salvarani; orientador: Luís Fernando Massonetto – São Paulo, 2020, fls. 198.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Austeridade. 2. Direito Econômico. 3. Orçamento. 4. Estratos de tempo. 5. Ajuste Fiscal. I. Massonetto, Luís Fernando, orient. II. Título.

Nome: SALVARANI, Giuliano Cardoso

Título: Direito econômico e austeridade: uma análise das funções do orçamento no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À Martha de Campos Cardoso Salvarani,
mãe e mestre pela Universidade de São Paulo.

AGRADECIMENTOS

Pensei durante muito tempo sobre como poderia agradecer a todos que estiveram direta e indiretamente na trajetória de realização deste trabalho. No final, percebi que palavras e nomeações não seriam suficientes para expressar minha enorme gratidão por tudo que recebi tão generosamente nesses tempos todos. Contrariando a etiqueta acadêmica, creio que as próximas linhas foram as que melhor podem descrever esse meu sentimento.

Em primeiro lugar, devo agradecer a Universidade Pública brasileira. Sem ela não seria possível transformar com tamanha qualidade milhares de brasileiros que um dia sonharam em entender melhor as coisas e pensar esse país tão cheio de desigualdades e de violências. Na Universidade de São Paulo, pude conhecer amigos, professores e servidores e vivenciar coisas que sequer poderia sonhar quando comecei a estudar nela há alguns anos atrás. Por essas e por outras, serei eternamente grato.

Algumas pessoas tiveram lugar especial nessa trajetória. Mas a primeira e uma das mais importante delas é o Professor **Luís Fernando Massonetto**, que se encontra como orientador deste trabalho. Elogios e outros comentários não serão suficientes para agradecer as oportunidades oferecidas ao longo deste Mestrado. Muito obrigado por tantas vezes conversar, confiar, incentivar, ensinar, revelar muito do que aqui foi escrito e muito do que levarei para sempre na minha vida.

Agradeço também aos professores **Gilberto Bercovici** e **Rafael de Bivar Marquese** por terem aceitado o convite para a Banca de Qualificação deste trabalho e por terem realizado as sugestões e os questionamentos apresentados, que me ajudaram a pensar esta pesquisa e que me ajudarão a pensar novos desafios e reflexões daqui para frente. Ao professor Marquese, agradeço também pelos aprendizados como seu aluno na disciplina “Escravidão e História Global: Perspectivas de Análise”, no Departamento de História da USP. Ao professor Bercovici, por tantos ensinamentos sobre Direito Econômico e Desenvolvimento que me formaram enquanto estudante de Direito.

Aos professores **Álvaro Comin**, **Lorena Barberia**, **Stephen Kaplan**, **Alexandre Barbosa**, **Nilton Ota**, **André Singer** e **Bernardo Ricupero**, devo também meus agradecimentos pela imensa dedicação que tiveram em seus cursos na Pós-Graduação na Universidade de São Paulo. Todos eles estão presentes, de alguma forma, nas linhas abaixo.

Aos alunos, professores e demais participantes que puderam colaborar e participar do Grupo de Estudos Direito e Regulação do Capitalismo (GEDIRC) da Faculdade de Direito da USP, agradeço pela paciência e dedicação em mais de 5 (cinco) anos de leituras, conversas, seminários, palestras e tantos eventos que marcaram profundamente minha formação acadêmica.

Aos amigos e colegas do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi) da Universidade de São Paulo (USP), agradeço pela generosa acolhida, pelos imensos ensinamentos e pela extrema paciência que tiveram comigo ao longo dos últimos 2 (dois) anos. Agradeço em especial aos professores **Rafael de Bivar Marquese, João Paulo Pimenta, José Evandro Vieira de Melo e Mariana Ferraz Paulino** pela receptividade e por mostrarem tanto rigor e amor com a pesquisa em ciências humanas.

Aos meus amigos e companheiros de MHB Advogados **Simone Horta Andrade e João Paulo Bachur**, meu profundo agradecimento. Sem vocês não haveria a alegria, a compreensão, o profissionalismo e o companheirismo do dia-a-dia que acompanhou praticamente todo o processo de finalização e escrita deste trabalho, motivo pelo qual sou extremamente grato. Também agradeço a **Diogo Frizzo, Pedro Gastal, Pedro Caíque, Mônica Fujimoto** e tantos outros profissionais que estiveram ao meu lado.

Também agradeço aos colegas do Lobo e De Rizzo Advogados, sobretudo ao **Sérgio Varela Bruna**, pela confiança e compreensão que acompanharam o desenvolvimento inicial deste trabalho.

Ao **João Pedro Hoffert Monteiro de Lima e sua família**, pelo apoio, pelas leituras atentas e pelo companheirismo de tantos anos que passamos em nossa amizade, agradeço imensamente.

Ao **Pedro Monti Schonberger**, pelas intensas discussões sobre direito econômico, pela paciência e pela nossa amizade, além das leituras atentas e rigorosas que marcaram este trabalho, muito obrigado.

Ao **Bruno Braga Fiaschetti**, pelas conversas diárias, pelos sonhos que sonhamos, por tantas vezes sofrermos vendo o alviverde e por tudo que tem me ensinado, agradeço muito.

Aos amigos **Renato Freixeda, Paula Pagliari de Braud, Dinorá e Doralice**, pela imensa amizade, carinho, alegria, por tudo que já vivemos e pelo profundo amor que levo

comigo para onde vou, só tenho que agradecer.

Agradeço também à **Mariana Rodrigues Oliveira** por estar presente e ajudar em todas as etapas de estudos para seleção do Mestrado, bem como pela paciência, carinho e dedicação por ouvir e contribuir profundamente desde o início com a elaboração do projeto de pesquisa deste Mestrado.

Agradeço aos amigos do Grupo de Estudos em Direito Econômico, em especial **Walter Marchezan** e **Felipe Morettini** (a quem agradeço pela parceria e pelas leituras rigorosas deste trabalho), pela oportunidade de refletirmos em conjunto nossas pesquisas e o nosso campo de pesquisa de forma tão oportuna.

Aos amigos **Rafael Meng, Júlia Duprat, Francisco Túlio, Octávio Azevedo, Guilherme Galdino, Thaís Valdívia, André Aliperti, Anna Binotto, Georgia Haddad, Gustavo Jorge, Tamires Fakh, Guilherme Meirelles, Yuri Tanaka, Paola Ziober, Lucas Sardeti, Leonardo Takahashi, Fabrício Brito, Henrique Lamonica, Aline Ynoue, Sarah Vieira, Gustavo Duarte, Luiz Loschiavo, Daniela Cabrini, Helenice Gualda, “Vó” Maria Lourenço Gualda e Mara Machado**: sou um sortudo por ter vocês em minha vida.

Por fim e mais importante, agradeço aos meus pais, **Cármine Porcelli Salvarani** e **Martha de Campos Cardoso Salvarani**, a quem essa dissertação é dedicada, e à minha irmã **Mariana Cardoso Salvarani**, fontes de apoio e amor inesgotável, que estarão do primeiro ao último dia dessa caminhada.

Todos os erros aqui presentes são exclusivamente de minha responsabilidade, os (eventuais) méritos são compartilhados com todos vocês.

Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer

Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer (CAYMMI,
1957)

RESUMO

SALVARANI, Giuliano Cardoso. **Direito econômico e austeridade: uma análise das funções do orçamento no Brasil**. 2020. 198 fls. Dissertação (Mestre em Direito Econômico) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta dissertação tem como objetivo discutir as funções cumpridas pelo orçamento no processo de implementação das políticas de austeridade no Brasil. Procura-se avaliar os aspectos jurídicos em torno desse processo a partir das relações entre suas determinantes históricas e as respectivas estruturas normativas do orçamento, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Para tanto, o presente trabalho realiza uma revisão narrativa da bibliografia a respeito da austeridade com intuito de se reconstruir teoricamente o processo histórico que concebeu e deu origem às políticas de austeridade ao redor do mundo, especialmente a partir da década de 1960. Em seguida, trata de explorar as questões metodológicas e teóricas pelas quais se analisará o fenômeno da austeridade. Na perspectiva historiográfica, esta dissertação utiliza-se do aparato conceitual dos estratos de tempo e da dialética da duração em conjunto com perspectiva de história global; no campo jurídico, pretende-se aprofundar criticamente alguns estudos em direito econômico para se refletir sobre a caracterização relativa à constitucionalização da austeridade. Por fim, no último capítulo, procura-se analisar juridicamente como as alterações das funções orçamentárias após os anos 1960 podem caracterizar as políticas de austeridade no Brasil. Revela-se a existência de uma dinâmica de maior duração das políticas de austeridade no Brasil, de modo a articular uma série de normas jurídicas no cumprimento de diferentes funções em matéria de política fiscal e, em específico, orçamentária, principalmente no que se refere às mudanças nos sistemas monetários e financeiros internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Austeridade. Direito Econômico. Orçamento. Estratos do tempo. Ajuste fiscal.

ABSTRACT

SALVARANI, Giuliano Cardoso. **Economic Law and Austerity: an analysis of budgetary functions in Brazil**. 2020. 198 fls. Thesis (Masters in Economic Law) – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This dissertation aims to discuss the functions performed by the Brazilian budget law during the implementation of austerity policies in Brazil. We seek to evaluate the legal aspects surrounding this process by exploring the relationship between its historical determinants and the respective normative structures of the budget, especially since the second half of the twentieth century. For this purpose, the present research develops a narrative review of the literature on austerity in order to reconstruct theoretically the historical process that conceived and originated austerity policies around the world, especially since the 1960s. Thereafter, we explore the methodological and theoretical issues by which the austerity phenomenon will be analyzed. In the historiographical perspective, this dissertation employs the conceptual apparatus of time layers and the dialectic of duration alongside the perspective of global history; in the field of law, we intend to carry out critically some studies in Economic Law in order to reflect upon the characterization of the constitutionalization of austerity. Finally, in the last chapter, we seek to analyze the legal aspects of how changes in the budget functions after the 1960s can characterize austerity policies in Brazil. It reveals the existence of a longer duration dynamic of austerity policies in Brazil, that articulates a series of legal norms in the fulfillment of different functions in fiscal and mainly budgetary policy, mostly with regard to international monetary and financial system changes.

RESUMEN

SALVARANI, Giuliano Cardoso. **Derecho económico y austeridad: un análisis de las funciones presupuestarias en Brasil.** 2020. 198 fls. Disertación (Máster en Derecho Económico) - Facultad de Derecho, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esta disertación tiene como objetivo discutir las funciones realizadas por el presupuesto en el proceso de implementación de políticas de austeridad en Brasil. El objetivo es evaluar los aspectos legales en torno a este proceso a partir de las relaciones entre sus determinantes históricos y las respectivas estructuras normativas del presupuesto, especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XX. Con este fin, el presente trabajo realiza una revisión narrativa de la bibliografía sobre la austeridad con el fin de reconstruir teóricamente el proceso histórico que concibió y originó las políticas de austeridad en todo el mundo, especialmente después de la década de 1960. Después, trata de explorar las cuestiones metodológicas y teóricas mediante las cuales se analizará el fenómeno de austeridad. En la perspectiva historiográfica, esta disertación utiliza el aparato conceptual de los estratos del tiempo y la dialéctica de la duración junto con la perspectiva de la historia global; En el campo del derecho, se desea profundizar críticamente algunos estudios en Derecho Económico para reflexionar sobre la caracterización de la constitucionalización de la austeridad. Finalmente, en el último capítulo, se intenta analizar jurídicamente cómo los cambios en las funciones presupuestarias después de la década de 1960 pueden caracterizar las políticas de austeridad en Brasil. Resulta la existencia de una dinámica más larga de políticas de austeridad en Brasil, a fin de articular una serie de normas legales en el cumplimiento de diferentes funciones en la política fiscal y especialmente presupuestaria, sobre todo en relación con los cambios en los sistemas monetario y financiero internacionales.

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARO - Antecipações de Receitas Orçamentárias

BCE - Banco Central Europeu

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

CMN - Conselho Monetário Nacional

DRU - Desvinculação das Receitas da União

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Nível Superior

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSE - Fundo Social de Emergência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

PAI - Programa de Ação Imediata

PBF - Programa Bolsa Família

PEF - Programa de Estabilidade Fiscal

PIB - Produto Interno Bruto

PIIGS - Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha

PND - Programa Nacional de Desestatização

PPA - Plano Plurianual

PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PSI - Plano de Sustentação do Investimento

STF - Supremo Tribunal Federal

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUMOC - Superintendência da Moeda e Crédito

UEM - União Econômica Monetária da União Europeia

URV - Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. FORMAÇÃO HISTÓRICA, IDEIAS E CONSIDERAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS: UMA BREVE REVISÃO NARRATIVA DA BIBLIOGRAFIA SOBRE AUSTERIDADE.....	8
1.1. Considerações iniciais	8
1.2. Neoliberalismo e austeridade.....	11
1.3. Breves apontamentos do panorama intelectual sobre austeridade.....	19
1.3.1. Conceitos e origens do termo austeridade	20
1.3.2. A austeridade entre o Estado Endividado e o Estado Consolidado	23
1.3.3. Breves apontamentos sobre os fundamentos econômicos da austeridade.....	27
1.3.4. Reflexões críticas sobre experiências históricas e resultados verificados sobre as políticas de austeridade.....	32
1.4. Austeridade e Economia Política Internacional.....	40
1.5. Breve revisão bibliográfica sobre os efeitos da austeridade nas políticas setoriais em perspectiva internacional	44
1.6. Breve revisão bibliográfica sobre a austeridade no Brasil.....	53
CAPÍTULO II. HISTORIOGRAFIA, DIREITO ECONÔMICO E AUSTERIDADE... 	58
2.1. Considerações Iniciais	58
2.2. Historiografia e enquadramento do objeto: uma abordagem sobre os estratos do tempo	58
2.2.1. A abordagem em História Global	63
2.3. Austeridade e direito econômico: uma proposta de abordagem.....	68
2.4. A austeridade como um objeto do direito econômico	74
2.5. Política fiscal, orçamento e austeridade no Brasil.....	83
CAPÍTULO III – AS FUNÇÕES DO ORÇAMENTO E A CONSTRUÇÃO JURÍDICA DA AUSTERIDADE NO BRASIL.....	91
3.1. Considerações iniciais	91

3.2. Antecedentes: a construção da autoridade monetária e as funções do orçamento entre 1930 e 1960.....	91
3.3. A criação da Lei nº 4.320/64 e a refuncionalização do orçamento público brasileiro nos marcos do PAEG.....	96
3.4. O controle fiscal dos planos econômicos: dos anos 1980 até Plano Real.....	106
3.4.1. Os Planos Cruzado I e II ao Plano Verão: o combate à hiperinflação	108
3.4.2. A reforma estrutural do processo orçamento na Constituição Federal de 1988 e os Planos Collor I e II.....	113
3.5. A elaboração e a consolidação do Plano Real até a Emenda Constitucional nº 95/2016.....	120
3.5.1. Os desafios de estabilização do Plano Real no bojo das reformas institucionais do orçamento.....	122
3.6. O projeto de lei de responsabilidade fiscal como marco da austeridade no Brasil e a continuidade das reformas do processo orçamentário	133
3.7. A continuidade institucional do Real e a Emenda Constituição nº 95/2016.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS – EXISTE A ERA DA AUSTERIDADE?	141
BIBLIOGRAFIA.....	152

INTRODUÇÃO

As discussões em torno da austeridade deram origem ao que pode ser considerado como um dos grandes debates atuais sobre economia política. O termo até mesmo foi considerado a “palavra do ano”, segundo o dicionário Merriam-Webster, em razão do número de pesquisas feitas online desde 2010¹.

A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, a rejeição de Mauricio Macri na Argentina, os protestos populares recentes no Chile e no Equador, o voto do Brexit no Reino Unido, a reeleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América, a crise de legitimidade na União Europeia: todos esses processos interligados temporalmente se diferem entre propósitos e contextos, mas possuem, de certo modo, alguma relação com a implementação das políticas de austeridade pelo menos nos últimos 20 (vinte) anos. Desde que uma série de medidas em matéria de política econômica foram colocadas em prática pelos governos de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, e Margaret Thatcher, no Reino Unido, poucas vezes tais discussões foram tão presentes no debate público ao redor do mundo.

No entanto, por mais que em geral se aponte para Reagan e Thatcher como os primeiros a implementarem políticas abertamente em favor da austeridade, alguns autores têm se questionado sobre as raízes históricas a partir das quais os postulados da austeridade passaram a reger a análise de política econômica. Em “*Reclaiming the State*”, por exemplo, Mitchell e Fazi discorrem sobre como a crise do capitalismo dos anos 1970 recolocou os termos da disputa da relação capital-trabalho em países com altas taxas de investimento em serviços públicos. Para esses autores, foi a partir da defesa das políticas de austeridade pelo Partido Trabalhista Inglês (1974-9) e pelo Partido Socialista Francês (1981-1983) como únicas alternativas para a sobrevivência no capitalismo dentro do cenário de crise econômica generalizada que foram popularizadas e legitimadas, mesmo que indiretamente, as ideias de emergência do monetarismo neoliberal e do suposto do “fim do keynesianismo” que marcam a concepção mais conhecida sobre austeridade².

¹ CONTRERAS, Russell, **Audacity of “austerity,” 2010 Word of the Year**, Associated Press, disponível em: <<http://www2.timesdispatch.com/news/2010/dec/20/audacity-austerity-2010-word-year-ar-727040/>>, acesso em: 1 dez. 2019.

² MITCHELL, William; FAZI, Thomas, **Reclaiming the State - A Progressive Vision of Sovereignty for a Post-Neoliberal World**, Londres: Pluto Press, 2017.

Por mais que alguns ainda tentem procurar resgatar o sentido supostamente virtuoso da austeridade em favor da classe trabalhadora³, segundo Mitchell e Fazi o pragmatismo político em razão da internacionalização das finanças e o abandono da continuidade das reformas do Estado de Bem-Estar Social foram fundamentais para a consolidação posterior das políticas de austeridade de Reagan e Thatcher na década seguinte⁴. Conforme afirmam Stiglitz e Krugman, até mesmo os economistas menos ortodoxos passaram a se socorrer por meio da fórmula da austeridade quando a coisa apertava⁵.

Embora se diga que em diversos países tenha se iniciado uma “Era da Austeridade” sobretudo a partir do aprofundamento das medidas de corte de gastos e aumento de impostos⁶, é preciso examinar com rigor quais são as múltiplas dinâmicas históricas de suas implementações e seus contornos específicos para cada situação. Trata-se de perguntar não pela singularidade dos eventos que a austeridade possa ter causado, mas indagar como tais eventos puderam ocorrer. Nesse sentido, mostra-se necessário compreender as causas cuja força probatória reside em sua repetitividade, por meio da qual a singularidade da austeridade pode ser conhecida, isto é, por meio das experiências anteriores que já estavam disponíveis e pelas quais altera-se não só o rumo material, mas também intelectual em que o processamento dos acontecimentos se comunicam e trocam experiências.

Haveria, afinal, uma “Era da Austeridade”? Quais seriam as determinantes históricas que desencadearam as políticas de austeridade em países como o Brasil?

As respostas a essas questões dependeriam tanto da forma como se caracterizam e se conceituam tais políticas de austeridade quanto da análise do contexto histórico específico a

³ O filme “O espírito de 45”, dirigido por Ken Loach (2013), que narra a defesa de um comportamento de austeridade coletiva no trabalhismo inglês, baseada na carestia e miséria generalizada similar a uma economia de guerra, é exemplificar neste aspecto.

⁴ MITCHELL, William; FAZI, Thomas, **Reclaiming the State - A Progressive Vision of Sovereignty for a Post-Neoliberal World**, op, cit, pp. 60-75.

⁵ STIGLITZ JOSEPH. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária**. São Paulo: Francis, 2004; KRUGMAN, Paul. **The austerity delusion**. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

⁶ PINTO, Ana Estela de Sousa, **A era da austeridade acabou, diz analista britânico**, Folha de São Paulo, disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/a-era-da-austeridade-acabou-diz-analista-britanico.shtml>>, acesso em: 13 dez. 2019. Para o caso brasileiro, vide: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Orgs.), **Economia para poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil**, São Paulo: Autonomia Literária, 2018, pp. 7-8.

que se referem e em que estão inseridas. Em ambos os casos, contudo, não haveria consenso na vasta literatura científica sobre o tema. Mostra-se necessário, portanto, captar quais foram as funções cumpridas pelo ordenamento jurídico no processo de implementação dessas políticas ao longo do tempo, sendo fundamental avaliar esse movimento de alterações funcionais que atingiu toda a estrutura do Estado e, simultaneamente, diversos elementos constitutivos de política fiscal, como o federalismo fiscal, as regras de controle e endividamento e a elaboração orçamentária, que também caracterizam as políticas de austeridade⁷.

A presente pesquisa procura sustentar, em consequência, que a investigação sobre os aspectos jurídicos em torno das políticas de austeridade pode contribuir para responder essas questões. É a partir dessa constatação que se verifica que o direito se articula para legitimar e positivar tais medidas de austeridade, fornecendo pistas para iluminar quais seriam, então, as determinantes históricas da implementação de tais medidas em países como o Brasil.

Em vista a esse desafio, a presente pesquisa adota como prisma de estudo as funções realizadas pelo orçamento, instrumento de política econômica responsável pela gestão de receitas, despesas e endividamento público nas democracias liberais modernas, na implementação das políticas de austeridade, de modo a tomar o caso brasileiro como unidade de análise. No entanto, apesar do enfoque jurídico, não se pretende aqui realizar uma pesquisa a respeito tão-somente das estruturas normativas do orçamento, mas sim uma abordagem crítica das funções cumpridas pela legislação orçamentária no processo de implementação das políticas econômicas que conformam a austeridade no Brasil⁸.

Essa escolha se justifica pela avaliação de que as funções realizadas pelo orçamento

⁷ Vide, nesse sentido: PAULANI, Leda Maria. “A falácia da ‘freada de arrumação’”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (Orgs.). **Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Roussef**. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

⁸ Entende-se, a termos desse trabalho, como “funções do orçamento” a definição tratada por Musgrave e Musgrave, na qual o orçamento determina o curso da atividade econômica por meio de “funções” de caráter normativo, relacionadas não só com instituições políticas, sociais e históricas que marcam a política fiscal moderna, mas também com outros instrumentos monetários e regulatórios no geral. É clássica a classificação das três funções econômicas do orçamento moderno descritas por Musgrave e Musgrave: a função distributiva, que se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda e ofertar bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza; a função alocativa, que busca promover ajustamentos na alocação de recursos; e a função estabilizadora, que busca promover a manutenção da estabilidade econômica. Neste trabalho, as funções do orçamento poderão ser enquadradas em cada uma dessas três funções. MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy, **Finanças públicas: teoria e prática**, Rio de Janeiro: Campus, 1980, pp. 3-12.

são capazes de revelar os processos de promoção dos resultados econômicos originalmente esperados na implementação de tais políticas de austeridade, sobretudo em relação ao contexto histórico em que se fazem presentes. Em outras palavras, entendendo os limites científicos que seriam evidentes na mera análise das estruturas normativas como “objetivo final” da pesquisa, a estratégia aqui adotada procura articular a literatura existente sobre o tema e a análise sobre como as diversas alterações normativas que alteram as funções do orçamento tiveram como objetivo controlar os resultados da política fiscal no intuito de se implementar medidas e princípios caracterizados pela austeridade em diferentes contextos históricos no Brasil.

Para empreender tal desafio, portanto, faz-se necessário abordar criticamente como a literatura conceitua a austeridade para assim poder abordar metodologicamente, dentro do campo do direito, as funções cumpridas pelo orçamento no âmbito de implementação das políticas de austeridade no Brasil.

Desse modo, o presente trabalho está dividido em três capítulos. Os dois primeiros têm um duplo objetivo: enquadrar teoricamente a austeridade na literatura científica para, depois, abordá-la metodologicamente nos termos da pesquisa aqui empreendida. Ambos os capítulos pretendem realizar um voo panorâmico de contextualização para o leitor não habituado com a literatura acadêmica sobre o tema, bem como apresentar as particularidades da análise que aqui será realizada na esfera do direito econômico e da historiografia.

No Capítulo I pretende-se realizar um balanço bibliográfico sobre a austeridade com a intenção de se reconstruir teoricamente o processo histórico que concebeu e deu origem às políticas de austeridade ao redor do mundo, sobretudo após os anos 1960. Para tanto, escolheu-se empreender um estudo de revisão narrativa da bibliografia sobre a austeridade, apropriada para mapear e discutir o estado da arte de um determinado assunto. Tendo em vista a vastíssima produção acadêmica sobre o tema, não se faz possível estabelecer uma metodologia restrita de seleção e replicável em nível de reprodução de dados e respostas pré-determinada para as questões alçadas como problemáticas na pesquisa aqui empreendida. No entanto, torna-se fundamental para a compreensão de tal tema a atualização da literatura mais recente sobre austeridade no Brasil e no mundo, evidenciando novas ideias, métodos e subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada.

Tendo em vista o viés subjetivo que caracteriza a revisão narrativa da literatura, inicia-

se a revisão bibliográfica empreendida no Capítulo I com a contextualização dos termos do debate sobre a austeridade no neoliberalismo. De tal modo, procura-se diferenciar como as premissas teóricas da austeridade se alteraram ao longo do tempo e como se deu os contornos de sua especificidade “moderna”, concebida por meio das ideias e das políticas que marcam o neoliberalismo. Essa seção tem como objetivo destacar os debates sobre a assim chamada “austeridade neoliberal”, que será importante para caracterizar, no Capítulo III, as políticas de austeridade implementadas no Brasil na transição das décadas de 1980 e 1990.

É nesse sentido que se busca verificar os principais apontamentos na literatura a respeito da história intelectual da austeridade, que procura identificar o caráter o racional-ideológico de suas medidas por meio dos possíveis conceitos e origens do termo “austeridade” nos séculos XX e XXI. Nesse cenário, também se tentará comentar brevemente a respeito da literatura de maior impacto que discorre sobre fundamentos econômicos e tecnocráticos que sustentam os argumentos em favor das políticas de austeridade, sobretudo dentro da perspectiva de crise permanente de financiamento do Estado que marca a perspectiva dos países da periferia do capitalismo. Essas duas seções pretendem esclarecer os parâmetros gerais da racionalização econômica e política da austeridade no Brasil. Nesse mesmo modo, inclui-se na seção seguinte a análise da literatura em Economia Política Internacional sobre austeridade para se compreender como as finanças globais condicionam e também são condicionadas pelas relações históricas nacionais para, em seguida, avaliar como a bibliografia acadêmica tem abordado os efeitos das políticas de austeridade nas políticas setoriais em perspectiva internacional. Por fim, finaliza-se o Capítulo I com estudo mais restrito sobre a produção acadêmica sobre a austeridade no Brasil.

No Capítulo II pretende-se explorar as questões metodológicas e teóricas pelas quais se analisará o fenômeno da austeridade no Capítulo III. Nas duas primeiras seções do Capítulo II propõe-se avaliar de forma sintética a abordagem do objeto de pesquisa no campo da historiografia em duas perspectivas: utilizando-se do aparato conceitual dos estratos de tempo e da dialética da duração em conjunto, de Reinhart Koselleck e Fernand Braudel, respectivamente, bem como condicionantes globais de determinação da austeridade, a partir da perspectiva de história global. Compreendendo o objeto como um fenômeno histórico da política fiscal a partir de um registro conceitual no campo da economia, faz-se necessário entendê-lo no campo da história social, de modo a conferir o devido tratamento em seus aspectos não-lineares e situados dentro da especificidade brasileira. Para isso, pretende-se

enquadrar o fenômeno da austeridade nos termos de um fenômeno historiográfico mais amplo, de natureza global, de modo entender metodologicamente como relevante a compreensão da inserção histórica das mudanças funcionais do orçamento no Brasil na respectiva análise jurídica empreendida posteriormente no Capítulo III.

Em seguida, procura-se retomar criticamente alguns estudos em direito econômico para, na seção posterior, refletir sobre uma possível abordagem da presente pesquisa no âmbito desta disciplina, sobretudo no que se refere à caracterização relativa à constitucionalização da austeridade. Por fim, na última seção deste capítulo, realiza-se o recorte dentro da problemática levantada: procura-se, em encaminhamento para o Capítulo III, examinar juridicamente como as alterações dos processos orçamentários no Brasil caracterizariam as políticas de austeridade no Brasil. Para isso, tentar-se-á avaliar, à luz de alguns trabalhos em direito econômico, como a mudança do padrão sistêmico de acumulação de capital na forma financeirizada compõe analiticamente as políticas de austeridade captadas pelos processos de alteração funcional do orçamento no Brasil.

O Capítulo III tem como objetivo de desvendar a pergunta de pesquisa elencada acima relativa às determinantes históricas que desencadearam as políticas de austeridade no Brasil, de modo avaliar o conjunto das principais alterações nas funções realizadas pelo orçamento público que marcaram a história da austeridade no Brasil a partir da década de 1960. Em um primeiro momento, procura-se verificar as diferentes reformas do orçamento a partir das distintas funções exercidas pelas políticas fiscal e monetária entre os anos 1930 e 1960. Evidencia-se nessa seção o importante processo de criação da autoridade monetária e do desenvolvimento econômico do Brasil que marca profundamente as diversas alterações normativas que o orçamento sofreu entre essas décadas. De modo a destacar as funções específicas de implementação de políticas de austeridade nesse período, dá-se ênfase também para o papel cumprido pela burocracia estatal e para os choques econômicos e as pressões externas sofridas à época.

Assim, ao tomar como preponderante o balanço do fim Acordo de Bretton Woods, a seção posterior propõe examinar a implementação da austeridade no Brasil no período que abrange o começo dos anos 1980 até o início dos anos 1990. Tendo em vista o cenário de hiperinflação e de sucessivos planos econômicos, ressalta-se como a estrutura normativa orçamentária foi alterada profundamente nos marcos do período anterior, dando sequencia a novos estratos de tempo que delineiam tanto os debates sobre finanças públicas no âmbito da

Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 como também o combate à inflação por meio de tendências neoliberais das funções do orçamento no período.

Por fim, finaliza-se o exame histórico do Capítulo III ao focar uma abordagem sobre os termos da implementação da austeridade no âmbito das reformas liberalizantes que marcam o Plano Real nos anos 1990. Utilizando parte da literatura em direito econômico disposta no Capítulo II, desenvolve-se o estudo jurídico a respeito do diagnóstico preponderante da austeridade permanente como resultado das reformas institucionais do Plano Real. Examina-se se esse processo consolidaria juridicamente o ajuste estrutural das contas públicas relativas à reorientação da política fiscal e à refuncionalização do orçamento público em busca de cada mais liquidez do fundo público para pagamento da dívida pública e dos gastos financeiros do Estado. Nesse sentido, analisa-se as reformas institucionais que dão origem à Lei de Responsabilidade Fiscal, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (“LRF”) e ao processo de aprofundamento de tais reformas nas décadas de 2000 e 2010 por meio da perspectiva metodológica da pluralidade de tempos históricos disposta no Capítulo II.

A hipótese que acompanha o presente estudo é a da existência de uma dinâmica caracterizada por uma maior duração das políticas de austeridade no Brasil, que articula uma série de normas jurídicas no cumprimento de diferentes funções em matéria de política fiscal e, especialmente, orçamentária. Hipótese esta que parece se confirmar na análise das distintas dimensões temporais que marcam as funções do orçamento no Brasil, sobretudo em relação ao sistema monetário e financeiro internacional. Entretanto, é importante frisar que concluir sobre um objeto historicamente recente e em contínua transformação e movimento é, decerto, uma tarefa árdua e arriscada, senão impossível. Com efeito, não serão abordadas antes das conclusões finais deste trabalho hipóteses definitivas, reflexões e considerações críticas sobre as relações das políticas de austeridade e das funções do orçamento: serão expostos elementos que possibilitem analisar criticamente tais objetos durante todo o desenvolvimento da presente pesquisa, para que, ao final, seja possível chegar a possíveis conclusões e novas reflexões sobre tais aspectos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – EXISTE A ERA DA AUSTERIDADE?

Se a história “serve à ação”, conforme escreve Marc Bloch⁴⁶⁸, a tarefa intelectual de quem se propõe a avaliar historicamente os fenômenos sociais impõe o rigor de quem assume sua importância, mesmo diante de tantos percalços. Em vista a esse imperativo, a perspectiva de estudar a austeridade no Brasil revela uma gama de eventos que, por vezes, parece mais confundir os entendimentos sobre a implementação de suas medidas. Essa confusão tem como característica tanto a vagueza de suas características (uma articulação entre políticas fiscais que implicam em cortes de gastos públicos em detrimento de serviços ou direitos sociais e/ou aumento de impostos), quanto ao momento em que são implementadas (havendo supostamente uma “era” da austeridade em cada localidade), quanto ao caráter ideológico de seus proponentes (políticas fiscais marcadas ideologicamente pelo neoliberalismo, por exemplo). Por isso, para se analisar a austeridade no Brasil, é necessário expandir o olhar histórico e compreender a pluralidade de tempos que modulam suas implementações.

Conforme pode se observar, as incursões teóricas sobre o fenômeno da austeridade existem há décadas e, ainda assim, mantém sua relevância. Em retrospecto, muitas histórias intelectuais sobre tal tema foram escritas, tratando as experiências históricas de pelos menos os últimos 40 (quarenta) anos. Este trabalho tentou recuperar os debates realizados sobre a austeridade, complementando um panorama teórico e referencial sobre esse objeto. Se as questões sobre os ajustes fiscais voltaram à tona por um breve momento nos anos 1970 a partir da crise de financiamento dos Estados Nacionais no fim do Acordo de Bretton Woods, nos termos da crise fiscal do Estado de James O’Connor em “*The fiscal crisis of the State*”⁴⁶⁹, nos anos 1970 e da “austeridade permanente” de Paul Pierson⁴⁷⁰ nos anos 1990, o aprofundamento da crise econômica pós crise de 2008 acabou desaguando em uma nova percepção científica que via na implementação das políticas de austeridade um problema (ou uma solução) central do desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, verificou-se que a especificidade da austeridade no neoliberalismo adquiriu novos contornos na literatura a partir da mudança do padrão distributivo defendido

⁴⁶⁸ BLOCH, Marc, **Apologia da história – ou o ofício de historiador**, Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 41.

⁴⁶⁹ O’CONNOR, James, **The Fiscal Crisis of the State**, op. cit.

⁴⁷⁰ PIERSON, Paul. **Coping with permanent austerity**, op. cit.

pelos teóricos denominados neoliberais. Isso porque a crise de financiamento dos Estados Nacionais, conforme aponta Streeck, também se reconfigura de maneira distinta daquela apontada por James O'Connor, de modo que as políticas da austeridade neoliberal – ou “moderna” – se dão além do mero aparato ideológico de livre mercado. Entendeu-se, nos termos deste trabalho e conforme defendido por Laura Bear⁴⁷¹ e Clara Mattei⁴⁷², que a austeridade neoliberal se assume como uma “obrigação explicitamente coletiva” da dívida pública soberana que recai sobre cada cidadão e cada recurso público, mesmo que tal obrigação seja originária do agente político, em razão da defesa, por uma “autoridade epistêmica” sobre a matéria econômica, do pagamento de empréstimos dos credores ao poder soberano estatal.

Por isso, mostrou-se fundamentou analisar trabalhos como os de Kaplan e Major para avaliar sobre como a austeridade trata de uma questão da dominância do capital mundializado sobre as finanças públicas, mas também de que contempla um horizonte normativo, entendido de maneira diferenciada por atores, organizações e instituições distintas no tempo e no espaço, que retrata essencialmente uma relação de poder⁴⁷³. Por isso, procurou-se ter em mente que ao adotar a austeridade no Brasil como objeto de análise do presente trabalho, fez-se necessário tratar de como as ideias sobre a austeridade se relacionam com o mundo material, de modo a se relacionar a implementação das medidas de austeridade com a posição econômica sustentada pelo Brasil na análise de sua especificidade em cada época.

E, nesse sentido, trabalhos como os de Schui e Blyth iluminam alguns aspectos a respeito da virada intelectual e política que culminou no que denominamos acima como a “austeridade neoliberal”: representou a emergência de uma constelação de teorias e sentimentos que, bem ou mal, conseguiu dar respostas concretas e politicamente palatáveis para um mal-estar amplamente reconhecido, mas muitas vezes de difícil compreensão pela linguagem supostamente técnica-acadêmica que esconde os interesses públicos e privados por detrás das estratégias de implementação de tais políticas de austeridade. No entanto, por mais

⁴⁷¹ BEAR, Laura, *Navigating austerity: currents of debt along a south asian river*, op. cit., p. 8.

⁴⁷² MATTEI, Clara E., *The Guardians of Capitalism: International Consensus and the Technocratic Implementation of Austerity*, op. cit., p. 92.

⁴⁷³ KAPLAN, Stephen K, *Globalization and Austerity Politics in Latin America*, op. cit.; MAJOR, Aaron, *Architects of austerity: International Finance and the Politics of Growth*, op. cit.

que determinados custos e consequências dessas respostas às crises da implementação da austeridade adquiriram maior evidência com o tempo (como se vê pela nostalgia pelo “Estado Desenvolvimentista”), isso não apaga o fato de que as principais alternativas em boa medida ainda estão em grandes dificuldades teóricas e políticas⁴⁷⁴.

Conforme observado pela análise da literatura sobre o tema, seja no Brasil como internacionalmente, conforme visto, a última década caminhou rumo a certo ecletismo teórico e metodológico sobre o objeto da austeridade, de modo a focar em sua maioria a relação entre as políticas de austeridade e os cortes de gastos públicos em áreas como saúde, educação e outros serviços públicos. A despeito disso, a guinada crítica da produção acadêmica pós 2008 permanece como referência básica para muitas discussões atuais. Um dos seus efeitos imediatos, nesse contexto, foi não só colocar temporariamente a austeridade em um contexto mais amplo, escapando das análises meramente econômicas sobre suas relações com a dívida pública e sua consequente restrição fiscal para pagamento de juros da rolagem da dívida, mas também dar atenção especial para a ação alocativa dos recursos financeiros do Estado nos termos de Musgrave em cada setor da economia. Por isso, a reaparição do assunto no centro do debate intelectual exigiu esforços para reafirmar sua relevância, seja em termos normativos como também em termos consequencialistas.

Nesses termos, condenar ou lamentar essas políticas de austeridade, ou mostrar quão erradas ou ineficazes elas foram, ou mesmo oferecer alternativas viáveis, mostra-se, com certeza, como parte de sua crítica, mas observa-se que essas posições implicam que as políticas de austeridade são produtos reversíveis da política. As políticas de austeridade, portanto, mostram-se como produtos da luta de classes, embora seja um conflito legislativo travado em grande parte por meio de legislaturas democráticas liberais e, portanto, distorcidas como medidas democráticas⁴⁷⁵. Isso porque, antes da crise de 2008, havia quase três décadas de políticas neoliberais que refaziam sistematicamente todos os aspectos do Estado de Bem Estar Social (ou keynesiano) – os quais, de certo modo, representavam os direitos compensatórios que beneficiavam a classe trabalhadora e que venceram amplamente a luta de classes no momento em que eram financeiramente possíveis e necessários para evitar conflitos significativos de classe.

⁴⁷⁴ FERREIRA, António Casimiro, A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, p. 119–136, 2011;

⁴⁷⁵ RADICE, Hugo, Cutting government deficits: Economic science or class war?, **Capital & Class**, v. 35, n. 1, p. 125–137, 2011;

No Brasil, conforme foi visto por meio da análise das funções do orçamento, não foi possível identificar esses aspectos tão claros do Estado de Bem Estar Social europeu, mas sim uma série de políticas que, de certo modo, implementaram o corolário da austeridade em uma maior duração. Parece que austeridade neoliberal na periferia do capitalismo, nos termos do que foi identificado pela literatura sobre austeridade no Capítulo I, assume feições outras daquelas desempenhadas nos países centrais, isto é, não ocorre a redução do Estado de Bem Estar Social no âmbito de alguns setores da economia, mas sim o rebaixamento geral e ainda mais violento do fundo público para custeio de direitos e serviços públicos já subfinanciados historicamente, como foi verificado na análise histórica de diversas crises do capital, em comparação com o centro do sistema financeiro internacional.

O que se tratou neste trabalho, portanto, foram as molduras jurídicas que marcaram as distintas implementações dos fundamentos e das medidas de austeridade fiscal no Brasil, que conformam a racionalidade de refuncionalização do orçamento público a partir da década de 1960. No entanto, o que se observou na análise dos estratos de tempo da austeridade no Brasil no Capítulo III é que a austeridade (ou, de modo geral, suas medidas características) subsistiu no Brasil pelo menos desde os anos 1960, ainda nos marcos do PAEG. Esse ponto foi levantado na análise das reformas nas funções do orçamento que, de certo modo, foram operativas para se avaliar a articulação histórica dessa série de mudanças legislativas e econômicas, acelerando as políticas de austeridade posteriores e aumentando o uso da dívida nacional como um meio de transferir a riqueza para alguns setores da sociedade.

Em breve síntese, a análise foi dividida metodologicamente entre 4 (quatro) momentos distintos: i) entre as décadas de 1930 e 1960, de modo a questionar brevemente os antecedentes históricos relativos às reformas das autoridades monetária e fiscal que marcam a estrutura normativa posterior; ii) entre os anos 1960 e 1980, no qual se verificou uma massiva implementação de cortes de gastos públicos e aumentos de impostos e subsídios em busca de cobrir os gastos monetários e de endividamento externo; iii) entre os anos 1980 e começo dos anos 1990, no qual também se verificou aumento dos custos monetários no combate à hiperinflação, aumento das taxas de juros e renegociação com credores externos da dívida pública; e) a partir da criação do Plano Real até a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, no qual se abdicou do uso da “moeda forte” e se manteve o padrão recessivo de financiamento externo do Estado e controle austero do endividamento para atração de capitais na sua forma financeirizada.

O que foi possível de verificar, em linha com o que já tinha sido descrito na experiência internacional em outros países⁴⁷⁶, foi que a normatização das políticas de austeridade impôs a constitucionalização de diferentes funções do orçamento em linha sistêmica com o padrão de acumulação de capitalismo financeiro na transição do fim do Acordo de Bretton Woods. Nesse sentido, conforme se observou no Capítulo III, verificou-se que as diferentes funções do orçamento cobriram inclusive períodos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988 e que, diferentemente do que argumentam outros trabalhos sobre o tema, não prescindiram de uma “onda” global de novas regras fiscais que alterassem o processo para a consolidação das políticas de austeridade, mas que atuaram em estratos de tempo distintos no caso brasileiro na aplicação dessas políticas que, de certo modo, já se encontravam presentes no ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, viu-se que, mesmo que as estruturas normativas do orçamento tenham permanecido relativamente intactas, mantendo-se praticamente inalteradas desde pelo menos a década de 1960 como no caso da Lei do Orçamento, as políticas de austeridade em cada uma das fases analisadas passaram a alterar drasticamente suas funções, fazendo com que até mesmo estruturas de repetição duradouras do orçamento adquirissem um caráter singular em suas funções na economia nacional. Conforme apontado por Massonetto⁴⁷⁷, foi somente a partir da análise de estruturas de organização que pretendem ser duradouras, tais como o ordenamento jurídico nacional, que eventos singulares puderam ser estudados: no caso das funções estabilizadoras do orçamento, não se tratou apenas de criar superávits primários e o orçamento equilibrado com objetivo de atender a busca pela liquida dos ativos dos Estados Nacionais (como nos anos 1960 e 1970) ou de combater às taxas de hiperinflação e de pagamento da dívida externa (como nos anos 1980), mas da destruição constante de capital variável em conformidade com as normas de valorização de uma economia financeirizada, conforme destaca por exemplo Lazzarato⁴⁷⁸.

Portanto, o conceito de estratos de tempo adotado neste trabalho se relacionou a uma tentativa de conjugar, por meio de uma abordagem em história global, tempos históricos que

⁴⁷⁶ ADAMS, Maurice; FABBRINI, Federico; LAROUCHE, Pierre (Orgs.), **The Constitutionalization of European Budgetary Constraints**, Oxford: Hart Publishing, 2014.

⁴⁷⁷ MASSONETTO, Luís Fernando. **O Direito Financeiro no capitalismo contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo**, op. cit.

⁴⁷⁸ LAZZARATO, Maurizio, **The Making of the Indebted Man: An Essay on the Neoliberal Condition**, New York: Semiotext(e), 2012.

consistem em vários estratos, remetendo-se uns aos outros, mas que não se dependem reciprocamente⁴⁷⁹. Tendo em vista que, assim como aponta Massonetto sobre a obra de Arrighi⁴⁸⁰, estruturas de longa duração dos ciclos sistêmicos de acumulação, tais como as presentes no direito financeiro, são conceituadas, em resumo, como totalidades abertas, a perspectiva de história adotada nesta pesquisa tratou a austeridade como uma estrutura de repetição. A austeridade não deve, desse modo, se esgotar em sua singularidade.

E é dentro desse argumento que, a partir da problemática de pesquisa elencada na Introdução, é possível deduzir que não há uma única “era” da austeridade, isto é, um momento pelo qual a austeridade “se inicia” no Brasil, mas inúmeros “momentos” ou, de outro modo, de várias “austeridades” que se singularizam ao longo do tempo e do espaço.

Isso porque se observou que, ao procurar viabilizar as intenções industrializantes, calcadas no chamado pensamento desenvolvimentista após a Era Vargas (1930-1945), as reformas do orçamento e da autoridade monetária ocorridas ao longo das décadas de 1930 e 1960 demonstraram a construção de um arcabouço legal em torno do controle das despesas e do endividamento públicos. Essa operação foi possível verificar por meio da promulgação da Lei nº 4.320/64, que reforma Código de Contabilidade de 1922, mas também de outros instrumentos jurídicos de alteração da autoridade monetária que também estabeleceram medidas de austeridade no Brasil com base na preferência pela liquidez das economias nacionais periféricas. A nova arquitetura financeira internacional, conforme analisado ao longo do Capítulo I, reorganizou o ordenamento jurídico das finanças públicas como plataforma de reforma do governo militar para fins de refuncionalização do orçamento em razão de uma possível “perda de confiança” na capacidade de pagamento de títulos da dívida pública brasileira que veio dar sequência a partir dos anos 1980.

Nessa década, conforme visto, os princípios do orçamento equilibrado e outras medidas caracterizadas como de austeridade para rebaixar os gastos públicos do Estado e securitizar empréstimos públicos a entes privados, considerando o cenário de descontrole das taxas de juros e aumento da base monetária, foram essenciais para gerar a hiperinflação que marcou os anos 1980. Lançando mão de diversos atos normativos em matéria de política fiscal, monetária e cambial que seriam denominados “planos econômicos”, o cenário

⁴⁷⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos de tempo**, op. cit., p. 19.

⁴⁸⁰ MASSONETTO, Luís Fernando. **O Direito Financeiro no capitalismo contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo**, op. cit.

macroeconômico de manutenção dos marcos do PAEG e de contenção dos gastos públicos teve como objetivo a contração da demanda agregada e a redução do déficit fiscal.

Assim, no plano do evento, os planos econômicos procuraram resolver especificamente questões inseridas dentro do contexto econômico de repressão da demanda interna e de hiperinflação em meados dos anos 1980 lançando mão de medidas “heterodoxas” em matéria de política fiscal e monetária, desaparecendo momentaneamente do diagnóstico que dá razão econômica a tais planos a retórica do controle do déficit público e do orçamento equilibrado; já no plano da estrutura, a reforma normativa do processo orçamentário na Constituição buscou estruturar juridicamente os problemas postos na contabilidade pública desde a promulgação da Lei nº 4.320/64 e também do Decreto nº 92.452/1986, que acaba com o saldo da conta-movimento do Banco do Brasil e com o orçamento monetário. Com efeito, a retórica específica da austeridade neoliberal de diminuição do Estado e ajuste fiscal via controle de gastos públicos somente veio a reaparecer, à luz do defendido pelos economistas ortodoxos ao longo dos anos 1960 e 1970, conforme visto no Capítulo I, no início dos anos 1990 com os Planos Collor I e II e, posteriormente, no Plano Real e na LRF.

De tal forma, presenciou-se uma dinâmica distinta de estratos de tempo, na qual, por um lado, verificava-se na criação da Secretaria do Tesouro Nacional e na implementação dos planos econômicos a tentativa de isolar as funções do orçamento no controle do fundo público em detrimento da redução do déficit público e do combate à inflação; e, por outro, o estabelecimento de parâmetros constitucionais de planejamento e racionalização da universalização de cobertura do orçamento no processo de hierarquização do processo orçamentário para financiamento do fundo público.

Na etapa seguinte desta dissertação, analisou-se as múltiplas determinações que, no plano externo, se relacionam com alterações nas condições de liquidez internacional de competição da moeda nacional no contexto de desvalorização do dólar e, no plano interno, da capacidade de financiamento do setor privado e de combate à inflação, marcam os termos da discussão da austeridade na busca do financiamento superavitário do balanço de pagamentos nos anos 1990. Nesse contexto, todas as reformas observadas desde os Planos Collor I e II para, em sequência, aprovar-se o Plano Real encontravam-se alinhadas com a ortodoxia liberal no intuito de promover a confiança no controle do déficit público e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas, criando, inclusive, uma nova lógica teórica sobre os planos de estabilização no Brasil.

No entanto, tem-se em conta que as reformas institucionais em matéria de política fiscal examinadas ao longo dos 1990, além de alterar o corolário constitucional de promover o financiamento do fundo público para custeio de gastos sociais, promoveram uma nova etapa de refuncionalização do orçamento em vistas do pagamento da dívida e da atratividade de fluxos de capitais externos a partir da expansão dos fluxos de capitais financeiros internacionais ao induzir o endividamento para custeio dos gastos monetários e cambiais. Com a aprovação e manutenção do corolário da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi demonstrado como os efeitos das medidas de austeridade praticadas ao longo dos anos 1990 operaram um aprofundamento ao longo dos anos 2000 e 2010 do arcabouço institucional das finanças públicas brasileiras a serviço da plataforma internacional de valorização financeira, em particular representada por credores e investidores externos, para maior garantia dos credores do Estado na desregulamentação dos fluxos internacionais de capital.

Nesse contexto, apresentou-se um processo de continuidade institucional do Plano Real em diversos estratos de tempo, seja ao longo da manutenção do seu arcabouço jurídico nos anos 2000 e 2010, seja em favor do seu aprofundamento em vistas a constitucionalização da austeridade no Brasil, tendo em vista a aprovação da Lei nº 11.943/2009 e da Emenda Constitucional nº 95/2016 no bojo de inúmeras reformas de cortes de gastos públicos com intuito de privilegiar a primazia dos gastos financeiros do Estado em perspectiva de longa duração. Nesse sentido, cabe destacar a presença de uma série de reformas em matéria de política fiscal que foram colocadas em prática com o propósito de garantir, entre outras coisas, a eficácia do Plano Real em uma perspectiva de consolidar a austeridade juridicamente em longa duração. Por mais que os governos Lula e Dilma tivessem sido eleitos em perspectiva crítica ao processo de institucionalização do Plano Real, ocorreu que a manutenção do arcabouço jurídico-institucional não rompeu com o Real, mas também não o aprofundou de forma determinante, mantendo assim a estratégia anterior de FHC de desenvolvimento dependente e associado.

Assim, e de modo a tentar fugir da análise temporal linear e estanque de processos simultâneos que ocorrem em matéria de política fiscal no Brasil, compreende-se que as pluralidades de tempos históricos das funções do orçamento admitem uma duração mais longa que as das próprias políticas observadas acima. Nessa abordagem proposta, e de forma similar

ao que se refere Wolfgang Streeck sobre o Estado Consolidado⁴⁸¹, cabe ressaltar que o processo de constitucionalização da austeridade se estendeu em perspectiva de maior duração no Brasil, tendo acompanhado a refuncionalização do orçamento que, em vez de realizar o custeio do fundo público nos termos da Constituição Federal de 1988, objetivou institucionalizar medidas de corte de gastos em privilégio aos gastos da moeda em diversos estratos de tempo.

Dessa forma, de modo complementar ao que argumentam Bercovici e Massonetto, verifica-se que o processo de centralização e unificação orçamentária que se inicia na década de 1970 não se encerra com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000⁴⁸², mas se prolonga por meio de sucessivas reformas em matéria de política fiscal ao longo dos anos 2000 e 2010, de modo a aprofundar o corolário neoliberal e subordinado ao capital externo do Plano Real em contraposição à doutrina e prática constitucionais pós 1988⁴⁸³. Como se pode perceber, a construção de novas funções e estruturas de política orçamentária a partir da década de 1990 foi desenvolvida por meio de um conjunto de normas e regulamentos para promover a confiança no controle do déficit público e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas, criando, inclusive, uma nova lógica teórica e política sobre os planos de estabilização no Brasil que se caracteriza por novos espaços de revalorização mercantil e de produção financeira⁴⁸⁴, podendo se relacionar, em grande parte, ao que Lazzarato denomina de “governar pela dívida”⁴⁸⁵.

Por fim, o que pode se depreender desse processo, em abertura a outras agendas de pesquisas sobre o tema, é que o Estado, ao lançar mão de políticas de austeridade que subordinam os instrumentos de política fiscal aos desígnios da política monetária determinada

⁴⁸¹ Vide, nesse sentido: STREECK, Wolfgang, **Buying time - the delayed crisis of democratic capitalism**, Londres: Verso, 2014; STREECK, Wolfgang, **How will capitalism end?**, Londres: Verso, 2016; e SCHAFFER, Armin; STREECK, Wolfgang, **Politics in the Age of Austerity**, Cambridge: Polity, 2013.

⁴⁸² BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando, A Constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição financeira e a agonia da Constituição econômica, op. cit., p. 69.

⁴⁸³ Para o diagnóstico de implementação das políticas econômicas de caráter neoliberal, vide: BURGÍN, Angus, **The great persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression**, Cambridge: Harvard University Press, 2012.

⁴⁸⁴ BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo, Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento, **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 1025–1062, 2017.

⁴⁸⁵ LAZZARATO, Maurizio, **Governing by Debt**, Nova Iorque: Semiotext(e), 2013.

no plano das finanças mundializadas, parece relegar as possibilidades de intervir nas possíveis oscilações econômicas do futuro. Desse modo, ao abrir mão do controle das políticas financeira e fiscal na implementação da constitucionalização da austeridade e, portanto, impedir-se de alterar os percalços do futuro, parece que o Estado brasileiro abre mão da sua própria soberania e, de certo modo, também sua própria estatalidade, como afirma Koselleck⁴⁸⁶.

Nesse sentido, destaca-se que as políticas de austeridade no Brasil não só em razão da publicação da Emenda Constitucional nº 95/2016, mas também a partir das mais diversas medidas anteriormente observadas, se organizaram juridicamente no intuito de estabelecer, ao longo de uma longa duração, uma nova desigualdade de renda ao privilegiar a primazia dos gastos financeiros do Estado. Assim, tendo em vista a sistemática de corte de gastos e de redução das obrigações sociais e na redução do financiamento dos serviços públicos e direito sociais, a abertura via privatização e a liberalização dos mercados para espaços de acumulação privados antes ocupados pelo Estado se mostra em perspectiva de convergência, ligando tempos históricos distintos na consecução das políticas de caráter neoliberal no Brasil desde pelo menos os anos 1970.

E parece que esse processo ainda não acabou.

Em outra abertura para novas agendas pesquisas sobre o tema, o cenário de crise do capital que gerou o “ultraliberalismo”⁴⁸⁷ do governo Bolsonaro tem demonstrado o que muitos autores tem afirmado sobre um novo “normal” das políticas de austeridade no aprofundamento do corolário do Consenso de Washington (que marca o Plano Real) no final da década de 2010 ao redor do mundo⁴⁸⁸. Exemplos como o maior corte de gastos da história recente do Brasil⁴⁸⁹, desenhado a partir do Plano Mais Brasil em lógica muito similar ao Plano

⁴⁸⁶ KOSELLECK, Reinhart, **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**, op. cit., p. 31-33.

⁴⁸⁷ PAULANI, Leda. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. **Margem Esquerda**, v. 32, n. 1, 2019.

⁴⁸⁸ ORTIZ, Isabel; CUMMINS, Matthew, Austerity: The New Normal a Renewed Washington Consensus 2010-24, **Initiative for Policy Dialogue (IPD); International Confederation of Trade Unions (ITUC); Public Services International (PSI); European Network on Debt and Development (EURODAD); The Bretton Woods Project (BWP)**, n. Working Paper October 2019, p. 1-78.

⁴⁸⁹ FERNANDES, Adriana. **Plano de reformas de Guedes busca mudar lógica de gastos públicos**. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/plano-de-reformas-de-guedes-busca-mudar-logica-de-gastos-publicos.70003077876>>. Acesso em: 6 jan. 2020.

Real⁴⁹⁰, bem como uma nova proposta de “Reforma Administrativa”⁴⁹¹ e os pronunciamentos a respeito da privatização e desvinculação “de tudo” do orçamento⁴⁹² parecem aprofundar violentamente a agenda de austeridade no Brasil, parecendo, inclusive, completar a agenda de reformas deixadas pelo Plano Real.

De maneira análoga ao ocorrido após as crises do capital da década de 1990, o Brasil parece estar, então, em um novo período de reformas de austeridade marcadas por estratos de tempo que articulam não só a volta da perspectiva ideológica e política verificada nos marcos do PAEG como também o aprofundamento neoliberal das políticas macroeconômicas implementadas parcialmente no Plano Real. Isso porque o Brasil tem realizado todas as reformas caracterizadas pelo Consenso de Washington como “necessárias” para a retomada da confiança dos agentes financeiros internacionais na tomada de investimentos em países periféricos, entre os quais se pode citar a Reforma da Previdência, as sucessivas “reformas trabalhistas”, a desvinculação orçamentária permanente, a não-correção do salário mínimo a partir da inflação e os planos de privatização em massa.

Nesse caso, é possível argumentar pelo fim do período de avanços nos serviços públicos e direitos sociais positivados pela Constituição Federal de 1988 e institucionalização definitiva do corolário do Plano Real que não havia sido feito nas décadas de 1990 e 2000, de tal forma que reconfiguraria completamente o panorama da constitucionalização das medidas de austeridade tão citadas na literatura acadêmica sobre o tema. Mantendo-se o acompanhamento da agenda de reformas da austeridade no governo Bolsonaro, certamente continuará sendo importante verificar esse tema repleto de reflexões sobre aspectos constitucionais e orçamentários (e, portanto, jurídicos) para quem se preocupa com a superação da situação periférica do Brasil, com baixo grau de financiamento do fundo público e aumento constante das desigualdades sociais, temas cada vez mais caros ao Direito Econômico.

⁴⁹⁰ AGÊNCIA SENADO. **Plano Mais Brasil deve ser aprovado pelo Senado até abril, diz líder do governo**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/01/plano-mais-brasil-deve-ser-aprovado-pelo-senado-ate-abril-diz-lider-do-governo>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

⁴⁹¹ PEDUZZI, Pedro. **Bolsonaro: reforma administrativa vai contemplar “números e pessoas”**. EBC - Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-01/bolsonaro-reforma-administrativa-vai-contemplar-numeros-e-pessoas>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

⁴⁹² CONGRESSO EM FOCO. **Guedes propõe privatizar tudo e desvincular todas as despesas**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/guedes-propoe-privatizar-tudo-e-desvincular-todas-as-despesas/>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

REFERÊNCIAS

ABDELAL, RAWI; BLYTH, MARK; PARSONS, CRAIG (Orgs.). **Constructing the International Economy**. 1. ed. [s.l.]: Cornell University Press, 2010. Disponível em: <www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt7v789>.

ADAMS, Maurice; FABBRINI, Federico; LAROUCHE, Pierre (Orgs.). **The Constitutionalization of European Budgetary Constraints**. Oxford: Hart Publishing, 2014. (Modern Studies in European Law).

ADDE, Tiago Villac; IUDÍCIBUS, Sérgio de; RICARDINO FILHO, Álvaro Augusto; *et al.* The Double-entry Bookkeeping Committee of 1914 and the Brazilian Public Accounting System. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. spe, p. 321–333, 2014.

AFONSO, José Roberto. História da elaboração da Lei 4.320. *In*: MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet (Orgs.). **Grandes Eventos do IDP: Fórum 50 anos da Lei Geral dos Orçamentos lei nº 4.320**. Brasília: IDP, 2017.

AFONSO, José Roberto. Memória da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88: as finanças públicas. **Revista do BNDES**, v. 6, n. 11, p. 21–48, 1999.

AFONSO, José Roberto. Novos passos na construção do arcabouço institucional fiscal no Brasil: a Premência da Reforma da Lei 4.320/64. **Revista Controle e Administração**, v. 2, n. 2, p. 153–170, 2006.

AFONSO, José Roberto. ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL: HISTÓRIA E PREMÊNCIA DE REFORMA -- PUBLIC BUDGET IN BRAZIL: HISTORY AND URGENT REFORM. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, v. 17, n. 1, p. 9–28, 2016.

AFONSO, José Roberto. **Responsabilidade Fiscal no Brasil: Uma Memória da Lei**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2010.

ALESINA, Alberto; ARDAGNA, Silvia. **Large Changes in Fiscal Policy: Taxes Versus Spending**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w15438.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ALESINA, Alberto; ARDAGNA, Silvia. **The design of fiscal adjustments**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2012. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w18423.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ALESINA, Alberto; ARDAGNA, Silvia; GALÍ, Jordi. Tales of Fiscal Adjustment. **Economic Policy**, v. 13, n. 27, p. 489–545, 1998.

ALESINA, Alberto; BARBIERO, Omar; FAVERO, Carlo; *et al.* **Austerity in 2009-2013**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2015. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w20827.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ALESINA, Alberto; FAVERO, Carlo; GIAVAZZI, Francesco. **Austerity: when it works and when it doesn't**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

ALESINA, Alberto; FAVERO, Carlo; GIAVAZZI, Francesco. **What do we know about the effects of Austerity?** Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2018. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w24246.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ALESINA, Alberto; FAVERO, Carlos; GIAVAZZI, Francesco. **Austerity - when it works and when it doesn't**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. **Fiscal Expansions and Fiscal Adjustments in OECD Countries**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1995. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5214.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ALLEN, Kim; MENDICK, Heather; HARVEY, Laura; *et al.* Welfare Queens, Thrifty Housewives, and Do-It-All Mums. **Feminist Media Studies**, 2015.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O BRASIL E O FMI DESDE BRETTON WOODS: 70 ANOS DE HISTÓRIA. **Revista Direito GV**, v. 10, n. 2, p. 469–496, 2014.

ANASTASIOU, Foteini; ANTONOPOULOU, Maria; TSILIGIANNI, Ioanna; *et al.* Long term impact of the economic crisis on health care in the Greek setting: The Pandora box? **Health Policy**, v. 120, n. 7, p. 860, 2016.

ANDERSON, Barry; MINNEMAN, Elizabeth. The abuse and misuse of the term “Austerity” Implications for OECD countries. **OECD Journal on Budgeting**, v. 14, n. 1, p. 109–122, 2014.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9–23.

ANSTEAD, Nick. The Idea of Austerity in British Politics, 2003–2013. **Political Studies**, v. 66, n. 2, p. 287–305, 2018.

ARANTES, Flávio; BIASOTO JUNIOR, Geraldo. A política fiscal no contexto da financeirização: teoria insuficiente e indicadores inadequados. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 1063–1095, 2017.

ARANTES, Flávio; CAZEIRO LOPREATO, Francisco Luiz. O NOVO CONSENSO EM MACROECONOMIA NO BRASIL: A POLÍTICA FISCAL DO PLANO REAL AO SEGUNDO GOVERNO LULA. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 3, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482017000300206&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 28 dez. 2019.

ARIDA, Persio. Austeridade, autotelia e autonomia. **Texto para discussão, No. 36M, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro**, 1982.

ARIDA, Persio. **Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural: O Brasil diante da Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: UNESP, 1996.

ATALIBA, Geraldo. Normas gerais de direito financeiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 82, p. 39–60, 1965.

BABB, Sarah. **Behind the Development Banks: Washington politics, world poverty, and the wealth of nations**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

BACHA, Edmar L. O fisco e a inflação: uma interpretação do caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 1, p. 5–17, 1994.

BACHA, Edmar L.; MALAN, Pedro. Brazil's debt: from the miracle to the fund. **Textos para discussão**, v. 80, n. Department of Economics PUC-Rio, 1984.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales**. Doutorado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2004.

BAER, Werner; BILLER, Dan; MCDONALD, Curtis T. Austerity under diferente political regimes: The case of Brazil. *In*: HANDELMAN, Howard; BAER, Werner (Orgs.). **Paying the costs of austerity in Latin America**. San Francisco / Londres: Westview Press, 1989.

BAN, Cornel. Austerity versus Stimulus? Understanding Fiscal Policy Change at the International Monetary Fund Since the Great Recession: IMF, Fiscal Policy, Austerity. **Governance**, v. 28, n. 2, p. 167–183, 2015.

BARBOSA, Fabio; GIAMBIAGI, Fabio. O ajuste fiscal de 1990-93: uma análise retrospectiva. **Revista Brasileira de Economia**, v. 49, n. 3, p. 521–544, 1995.

BARBOSA, Fabio Luís. Neodesenvolvimento no subdesenvolvimento: o Brasil e a economia política da integração sul-americana sob o PT. *In*: **América Latina: uma integração regional fragmentada y sin rumbo**. [s.l.]: CLACSO, 2018.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira. A inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. *In*: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio (Orgs.). **Brasil: Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo, 2010.

BARGAWI, Hannah; COZZI, Giovanni; HIMMELWEIT, Susan (Orgs.). **Economics and Austerity in Europe: Gendered Impacts and Sustainable Alternatives**. Londres: Routledge, 2017. (Routledge IAFFE Advances in Feminist Economics).

BARTL, Marija; KARAVIAS, Markos. **Austerity and law in Europe**. Cardiff: Wiley Blackwell, 2017. (Journal of Law and Society).

BARTL, Marija; KARAVIAS, Markos. Austerity and Law in Europe: An Introduction. **Journal of Law and Society**, v. 44, n. 1, p. 1–9, 2017.

BASSEL, Leah; EMEJULU, Akwugo. **Minority women and austerity**. 1. ed. [s.l.]: Bristol University Press, 2017. Disponível em: <www.jstor.org/stable/j.ctt1t897zk>.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. **Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas**, v. 257, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. **Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas**, n. 179, 2010.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *In*: SOBRINHO, Barbosa Lima (Org.). **Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BEAR, Laura. **Navigating austerity: currents of debt along a south asian river**. Stanford: Stanford University Press, 2015. (Anthropology of Policy).

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. **Economia e sociedade**, v. 4, n. 1, 1995.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (Orgs.). **Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Luciano G. Política econômica, inflexões e crise: 1974-1981. *In*: COUTINHO, Renata; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. 1, p. 159–193.

BENAKOUCHE, Rabah. **Bazar da dívida externa brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. As origens do direito econômico: homenagem a Washington Peluso Albino de Souza. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, p. 253–264, 2013.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. **Direito Econômico do petróleo e dos recursos minerais**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BERCOVICI, Gilberto. O ainda indispensável direito econômico. *In*: **Direitos humanos, democracia e república: homenagem a Fábio Konder Comparato**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

BERCOVICI, Gilberto. Política econômica e direito econômico. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, v. 16, n. 2, p. 562–588, 2011. Disponível em: <http://www.unifor.br/images/pdfs/Pensar/v16n2_artigo6.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A Constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição financeira e a agonia da Constituição econômica. **Boletim de Ciências Econômicas**, v. XLIX, n. Coimbra, 2006.

BERCOVICI, Gilberto; OCTAVIANI, Alessandro. Direito e subdesenvolvimento: o desafio furtadiano. *In*: D'AGUIAR, Rosa Freire (Org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.

BERGLUND, Oscar. Contesting Actually Existing Austerity. **New Political Economy**, v. 23, n. 6, p. 804–818, 2018.

BLOCH, Marc. **Apologia da história – ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, [s.d.].

BLYTH, Mark. **Austerity: the history of a dangerous idea**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS; MARIA PAULA MENESES (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Da estrutura à função: novos estudos da teoria do direito**. Barueri: Manole, 2007.

BONELI, Régis. Nível de atividade e mudança estrutural. **Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2006. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/seculoxx.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2019.

BORBA, Julian. A representação simbólica da inflação no Plano Real e a tradição política do autoritarismo brasileiro. **Política & Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 117–148, 2003.

BORGES, Fabiano Tonaco; FERNÁNDEZ, Luís Andres López; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. Políticas de austeridade fiscal: tentativa de desmantelamento do Sistema Nacional de Salud da Espanha e resistência cidadã. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 715–728, 2018.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOYER, Robert. The four fallacies of contemporary austerity policies: the lost Keynesian legacy. **Cambridge Journal of Economics**, v. 36, n. 1, p. 283–312, 2012.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global - o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRAGA, José Carlos de Souza. Orçamentos estatais e a política econômica. In: BELLUZO, Luiz Conzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. 1, p. 225–245.

BRAGA, José Carlos; OLIVEIRA, Giuliano Contento de; WOLF, Paulo José Whitaker; *et al.* For a political economy of financialization: theory and evidence. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 829–856, 2017.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. In: **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 161–176.

BRAUDEL, Fernand. **La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 1966.

BROCHADO, Acauã; BARBOSA, Flávia Fernandes; LEISTER, Maurício Dias; *et al.* **Regras Fiscais: uma proposta de arcabouço sistêmico para o caso brasileiro**. Texto para discussão n. 31: Secretaria do Tesouro Nacional (STN), 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos – Neoliberalism's Stealth Revolution**. Nova Iorque: Zone Books, 2015.

BRUFF, Ian; TANSEL, Cemal Burak. Authoritarian neoliberalism: trajectories of knowledge production and praxis. **Globalizations**, v. 16, n. 3, p. 233–244, 2019.

BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 1025–1062, 2017.

BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 1025–1062, 2017.

BURGIN, Angus. **The great persuasion: Reinventing Free Markets since the Depression**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

CABRAL, Mário André Machado. **Subdesenvolvimento e estado de exceção: aspectos do pensamento de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011. (2º Lugar Prêmio Centro Celso Furtado e BNB 2011).

CAIDEN, Naomi; WILDAVSKY, Aaron. **Planning and Budgeting in Poor Countries**. Nova Iorque: John Wiley and Sons, 1974.

CALLINICOS, Alex. Contradictions of austerity. **Cambridge Journal of Economics**, v. 36, n. 1, p. 65–77, 2012.

CAMMAERTS, Bart. **The Circulation of Anti-Austerity Protest**. Londres: Palgrave Macmillan, 2018.

CAMPOS, Roberto. **Two views in Latin America. Latin America Issues**. Nova Iorque: Twentieth Century Fund, 1961.

CAMURI, Paulo André; G. JAYME JR., Frederico; HERMETO, Ana Maria. Fiscal consolidation in developed and emerging economies. **Nova Economia**, v. 25, n. spe, p. 835–861, 2015.

CANTERBERRY, E Ray. **The Rise and Fall of Global Austerity**. Londres: World Scientific, 2015.

CARLIN, Wendy; SOSKICE, David. **Macroeconomics: Institutions, Instability, and the Financial System**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CARMO, Renato Miguel do; BARATA, André. Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. **Revista do Servidor Público**, v. 68, n. 2, p. 319–342, 2017.

CARVALHO, Lucas Siqueira de. Dívida brasileira e sua relação com a austeridade. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 3, n. 1, p. 49–67, 2017.

CASTILHOS, Clarisse Chiappini. A indústria de transformação brasileira e a política de austeridade: comentários sobre o período 1981-85. **Ensaio FEE**, v. 8, n. 2, p. 49–75, 1987.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Lavínia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). In: GIAMBIAGI, Fabio; HERMANN, Jennifer; CASTRO, Lavínia Barros de; *et al* (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHESNAIS, François. **Finance Capital Today – Corporations and Banks in the Lasting Global Slump**. Leiden; Boston: Brill, Historical Materialism, Book Series, 2016.

CHESNAIS, François. Introdução à mundialização financeira. *In*: CHESNAIS, François (Org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

CLARKE, John; NEWMAN, Janet. The alchemy of austerity. **Critical Social Policy**, v. 32, n. 3, p. 299–319, 2012.

CLIFT, Ben. **The IMF and the Politics of Austerity in the Wake of the Global Financial Crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

COCHRANE, John. Fiscal stimulus, fiscal inflation, or fiscal fallacies? **Photocopy, University of Chicago**, <http://faculty.chicagobooth.edu/john.cochrane/research/papers/fiscal2.htm>, 2009.

COELHO, Claudio Carneiro Bezerra Pinto. **Neoconstitucionalismo e austeridade fiscal: confronto constitucional-hermenêutico das cortes constitucionais do Brasil e de Portugal**. Salvador: Juspodivm, 2018.

COELHO, Claudio Carneiro Bezerra Pinto. O “novo” constitucionalismo em tempos de austeridade fiscal e o papel das cortes constitucionais no Brasil e em Portugal. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, v. 12, n. 2, p. 32–75, 2017.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy? An intellectual history**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, **Programa de Governo 2002**, Brasília: Diretório Nacional do PT, 2002.

CONTRERAS, Russell. **Audacity of “austerity,” 2010 Word of the Year**. Associated Press. Disponível em: <<http://www2.timesdispatch.com/news/2010/dec/20/audacity-austerity-2010-word-year-ar-727040/>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

CORRÊA, Mariana Finello; LEMOS, Pedro de Medeiros; FEIJO, Carmem. Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 1127–1148, 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; MESSENERG, Roberto Pires. Políticas de austeridade econômica: o debate sobre alternativas. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, v. 16, 2015.

COSTA, Nilson do Rosário. Austeridade, predominância privada e falha de governo na saúde. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 4, p. 1065–1074, 2017.

CUMMINS, Ian. The Impact of Austerity on Mental Health Service Provision: A UK Perspective. **International journal of environmental research and public health**, v. 15, n. 6, p. 1145, 2018.

D’ÁURIA, Francisco. **Cinquenta anos de contabilidade (1903-1953)**. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S/A, 1953.

DAVIES, Jonathan S; BLANCO, Ismael. Austerity urbanism: Patterns of neo-liberalisation and resistance in six cities of Spain and the UK. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 49, n. 7, p. 1517–1536, 2017.

DE OLIVEIRA, Fabrício Augusto; BIASOTO JUNIOR, Geraldo. O Papel da Política Fiscal na Estratégia do Cruzado II. **Textos para Discussão Cedeplar-UFMG**, v. 31, n. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

DELLA PORTA, Donatella. **Social movements in times of austerity : bringing capitalism back into protest analysis**. [s.l.: s.n.], 2016.

DELLA PORTA, Donatella. **Social movements in times of austerity : bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge: Polity, 2016.

DELLEPIANE-AVELLANEDA, Sebastian. The Political Power of Economic Ideas: The Case of ‘Expansionary Fiscal Contractions’’. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 17, n. 3, p. 391–418, 2015.

DOMINGUEZ, Jorge. **Technopols: Freeing Politics and Markets in Latin America in the 1990s**. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1997.

DONALD, Betsy; GLASMEIER, Amy; GRAY, Mía; *et al.* Austerity in the city: economic crisis and urban service decline? **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 7, n. 1, p. 3–15, 2014.

DOS SANTOS, Theotonio. A América Latina na encruzilhada. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 6, n. 2, p. 15p, 2013.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

DURAN, Camila Villard. **A moldura jurídica da política monetária: um estudo do Bacen, do BCE e do Fed**. São Paulo: Saraiva, 2013.

DUYVENDAK, Jan Willem; JASPER, James M. (Orgs.). **Street Politics in the Age of Austerity**. [s.l.]: Amsterdam University Press, 2016. Disponível em: <www.jstor.org/stable/j.ctt1d8hb8t>.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil. **São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert**, 2018.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (Orgs.). **Economia para poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; *et al.* Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil. **XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA - Área 3. Economia brasileira**,

FABIANI, Emerson Ribeiro. **Reformas institucionais do mercado de crédito bancário no Brasil (1999-2006): uma análise jus-sociológica**. Doutorado em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FAGNANI, Eduardo. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). **Texto para Discussão**, v. 308, n. Unicamp, IE, 2017.

FARNSWORTH, Kevin; Irving, Zoe (Orgs.). **Social policy in times of austerity: Global economic crisis and the new politics of welfare**. Bristol, UK; Chicago, IL, USA: Bristol University Press, 2015.

FARIA, Rodrigo Oliveira de. **Natureza jurídica do orçamento e flexibilidade orçamentária**. Mestrado em Direito Econômico e Financeiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-26092011-112722/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERNANDES, Orlando Assunção, TUROLLA, Fernandes Frederico Araújo. Uma revisão de quarenta anos da dívida mobiliária interna (1964-2004). In: **Pesquisa & Debate**, volume 17, número 2 (30), São Paulo, 2006.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, p. 119–136, 2011.

FERREIRA, António Casimiro. A sociedade de austeridade: Poder, medo e direito do trabalho de exceção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 95, p. 119–136, 2011.

FERREIRA, António Casimiro. **Política e sociedade: teoria social em tempo de austeridade**. Porto: Vida Económica Editorial, 2014.

FERREIRA, António Casimiro. **Sociedade da austeridade e direito do trabalho de exceção**. Lisboa: Vida Económica, 2012.

FERREIRA, António Casimiro. The politics of austerity as politics of law. **Oñati Socio-Legal Series**, v. 6, n. 3, p. 496–519, 2016.

FERREIRA, Caio Rioei Yamaguchi. **Dívida pública e gestão da liquidez: uma análise a partir de 1994**. Doutorado em Direito Econômico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERREIRA, Virgínia; MONTEIRO, Rosa. Austeridade e regimes de bem-estar e de sexo/gênero. **ex æquo**, v. 32, p. 11–13, 2015.

FIGUEIREDO DE LIMA, Henrique; GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA, Sayonara; LEONARDO SILVA CARNEIRO, Antonio; *et al.* Judicialização das reformas institucionais de austeridade. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**, v. 4, n. 2, p. 203–221, 2019.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

FIORI, José Luís. Moedeiros falsos. In: **Moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís. **O Voo da Coruja: Uma leitura não liberal da crise do estado desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FITOUSSI, J.-P.; SARACENO, F. European economic governance: the Berlin-Washington Consensus. **Cambridge Journal of Economics**, v. 37, n. 3, p. 479–496, 2013.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil. *In: Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2008, v. 36.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. **Nova Economia**, v. 22, n. 2, p. 203–233, 2012.

FOROOHAR, Rana. **Makers and Takers: how Wall Street destroyed Main Street**. Nova Iorque: Crown Business, 2017.

FORSTER, Timon; KENTIKELINIS, Alexander E. Austerity and health in Europe: disentangling the causal links. **European Journal of Public Health**, v. 29, n. 5, p. 808–809, 2019.

FORSYTH, Douglas J.; LABORIE, Léonard; ABDELAL, Rawi. **Capital Rules - The Construction of Global Finance**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2009.

FOURCADE-GOURINCHAS, Marion; BABB, Sarah L. The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 3, p. 533–579, 2002.

FRANCO, António de Sousa. Ensaio sobre as transformações estruturais das finanças públicas portuguesas: 1900-80. **Análise Social**, v. 18, n. 72/74, p. 1105–1138, 1981.

FRANCO, Gustavo. **A moeda e a lei: uma história monetária brasileira 1933-2013**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

FRANCO, Gustavo. A primeira década republicana. *In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FRANCO, Gustavo. **O Plano Real e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FRITZ, Barbara. Tentativas de estabilização e crescimento por via da dívida externa: a economia brasileira de quatro décadas. **Iberoamericana**, v. 4, n. 14, p. 127–142, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FUX, Luiz. Orçamento público na jurisprudência do STF: a possibilidade de controle judicial, a autonomia constitucional orçamentária e a problemática do orçamento participativo. *In: GOMES, Marcus; ABRAHAM, Marcus; TORRES, Heleno Tavares (Orgs.). Direito financeiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: homenagem ao ministro Marco Aurélio*. Curitiba: Juruá, 2016.

GARCIA, Cláudia Maria Serpa. Governança: uma estratégia para o terceiro setor face ao contexto de austeridade. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 7, n. 1–2, p. 171–191, 2016.

GARCIA, Leila Posenato. A economia desumana: porque mata a austeridade. **Cadernos de Saúde Pública (CSP)**, v. 32, n. 11, 2016.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio. 18 anos de política fiscal no Brasil: 1991/2008. **Economia Aplicada**, v. 12, n. 4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400002&lng=pt&nrm=iso&tIng=pt>. Acesso em: 25 dez. 2019.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas - Teoria e Prática no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2008.

GIAVAZZI, Francesco; PAGANO, Marco. **Can Severe Fiscal Contractions be Expansionary? Tales of Two Small European Countries**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1990. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w3372.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

GIOVANELLA, Lígia; STEGMÜLLER, Klaus. The financial crisis and health care systems in Europe: universal care under threat? Trends in health sector reforms in Germany, the United Kingdom, and Spain. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 2263–2281, 2014.

GLINAVOS, Ioannis. Law's Empire of Austerity: De-Politicisation of Economic Decision Making in the Twilight of European Democracy. **SSRN Electronic Journal**, 2015. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/abstract=2553280>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

GLINAVOS, Ioannis. **Neoliberalism and the Law in Post Communist Transition**. Londres: Routledge, 2010.

GLINAVOS, Ioannis. **Redefining the Market-State Relationship: Responses to the Financial Crisis and the Future of Regulation**. Londres: Routledge, 2013.

GOBETTI, Sérgio Wulff. Ajuste fiscal nos estados: uma análise do período 1998-2006. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 14, n. 1, p. 113–140, 2010.

GOUVEA, Gilda Portugal. **Burocracia e elites burocráticas no Brasil**. Doutorado em Economia – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

GRAEBER, David. **Debt: The First 5,000 Years**. Nova Iorque: Melville House, 2011.

GRIFFIN, Penny. Crisis, Austerity and Gendered Governance: A Feminist Perspective. **Feminist Review**, v. 109, n. 1, p. 49–72, 2015.

GRÜNDLER, Klaus; POTRAFKE, Niklas. Ideologically-charged terminology: austerity, fiscal consolidation, and sustainable governance. **CESifo Working Papers**, v. 7613, 2019.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1–35, 1992.

HADDAD, Fernando. (Des)ilusões liberais. **Revista Piauí**, v. 132, 2017.

HAGEN, Jürgen von; STRAUCH, Rolf (Orgs.). **Institutions, Politics, and Fiscal Policy**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2000.

HART, Keith. Austerity: An economy of words. *In: The global life of austerity: Comparing Economic Crises beyond Europe*. 1. ed. Nova Iorque: Berghahn Books, 2018, v. 17. (Critical Interventions: A Forum for Social Analysis).

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HASTINGS, Annette; BAILEY, Nick; BRAMLEY, Glen; *et al.* Austerity urbanism in England: The ‘regressive redistribution’ of local government services and the impact on the poor and marginalised. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 49, n. 9, p. 2007–2024, 2017.

HELGADÓTTIR, Oddný. The Bocconi boys go to Brussels: Italian economic ideas, professional networks and European austerity. **Journal of European Public Policy**, v. 23, n. 3, p. 392–409, 2016.

HENISZ, Witold J.; ZELNER, Bennet A.; GUILLÉN, Mauro F. The Worldwide Diffusion of Market-Oriented Infrastructure Reform, 1977-1999. **American Sociological Review**, v. 70, n. 6, p. 871–897, 2005.

HENRIQUE, Adriano Cardoso. Montagem da Agenda e Formulação da Política Pública: Austeridade Fiscal no Brasil. **Revista de Direito Setorial e Regulatório**, v. 4, n. 1, p. 111–130, 2018.

HENTSCHKE, Jens. **Positivismo ao estilo gaúcho: a ditadura de Júlio De Castilhos e seu impacto sobre a construção do Estado e da Nação no Brasil de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.

HERNDON, T.; ASH, M.; POLLIN, R. Does high public debt consistently stifle economic growth? A critique of Reinhart and Rogoff. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 2, p. 257–279, 2014.

HOPKIN, Jonathan; ROSAMOND, Ben. Post-truth Politics, Bullshit and Bad Ideas: ‘Deficit Fetishism’ in the UK. **New Political Economy**, v. 23, n. 6, p. 641–655, 2018.

HUDSON, Michael. **Super Imperialism - The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance**. Nova Iorque: Pluto Press, 2003.

IKENBERRY, G. John. The end of liberal international order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, p. 7–23, 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **The Emergence of a Second Generation of Fiscal Rules**. IMF Staff Discussion Note: FMI, 2018.

JACCOUD, Luciana. A previdência social no Brasil: trajetória recente, determinantes e limites da inclusão. *In: Desigualdades, exclusión y crisis de sustentabilidad en los sistemas previsionales de América Latina y el Caribe*. [s.l.]: CLACSO, 2018. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/j.ctvfp62vr.10>>.

JENSEN, Tracey. Tough Love in Tough Times. **Studies in the Maternal**, v. 4, n. 2, 2012.

JONES, Sam. **How “shellacking” and “austerity” became internet hits**. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2010/dec/23/internet-search-words>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

KAPLAN, Stephen Brett. Fighting Past Economic Wars: Crisis and Austerity in Latin America. **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 19–37, 2018.

KAPLAN, Stephen K. **Globalization and Austerity Politics in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. (Cambridge Studies in comparative politics).

KAPUR, Daves; LEWIS, John; WEBB, Richard (Orgs.). **The World Bank: its first half century**. Washington: Brookings Institution, 1997.

KARAMESSINI, Maria; RUBERY, Jill (Orgs.). **Women and austerity: The economic crisis and the future for gender equality**. Londres: Routledge, 2013. (Routledge IAFPE Advances in Feminist Economics).

KARANIKOLOS, Marina; MLADOVSKY, Philipa; CYLUS, Jonathan; *et al.* Financial crisis, austerity, and health in Europe. **The Lancet**, v. 381, n. 9874, p. 1323–1331, 2013.

KAUPA, Clemens. Has (Downturn-)Austerity Really Been ‘Constitutionalized’ in Europe? On the Ideological Dimension of Such a Claim. **Journal of Law and Society**, v. 44, n. 1, p. 32–55, 2017.

KENNETH J. SALTMAN. The Austerity School. **symplokē**, v. 22, n. 1–2, p. 41, 2014.

KERASIDOU, Angeliki; KINGORI, Patricia. Austerity measures and the transforming role of A&E professionals in a weakening welfare system. **PLOS ONE**, v. 14, n. 2, p. e0212314, 2019.

KONZELMANN, S. J. **The Economics of Austerity**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2014.

KONZELMANN, S. J. The political economics of austerity. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 4, p. 701–741, 2014.

KONZELMANN, S. J. The political economics of austerity. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 4, p. 701–741, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo – estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**; v. 5, n. 10 (1992): **Teoria e História**, 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>>.

KRUGMAN, Paul. **Development, Geography, and Economic Theory**. Cambridge: The MIT Press, 1995.

KRUGMAN, Paul. **The austerity delusion**. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/business/ng-interactive/2015/apr/29/the-austerity-delusion>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

KUSHI, Sidita; MCMANUS, Ian P. Gendered costs of austerity: The effects of welfare regime and government policies on employment across the OECD, 2000–13. **International Labour Review**, v. 157, n. 4, p. 557–587, 2018.

LADI, Stella; LAZAROU, Elena; HAUCK, Juliana. Brazilian think tanks and the rise of austerity discourse. **Policy and Society**, v. 37, n. 2, p. 222–242, 2018.

LANE, Philip R. The European Sovereign Debt Crisis. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 26, n. 3, p. 49–67, 2012.

LARA RESENDE, André. Consenso e Contrassenso: déficit, dívida e previdência. **IEPE/CdG, Texto para Discussão nº 47**, 2019.

LARA RESENDE, André. “Uma armadilha conceitual” - A crise da macroeconomia. Valor Econômico. Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/andre-lara-resende-escreve-sobre-a-crise-da-macroeconomia.ghtml?GLBID=17b6c8040f27846f744dbc9153f84dfea3564747a41756474386b3133757930627a6d5351336d3471786845435242335568376c616e6d79756c3677367a51475a4f574c397a6653775f58586e783054386137477a685461437251696f762d457552446a5a45413d3d3a303a6769755f2e32303136>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LATHAM, Roger; PROWLE, Malcolm. **Public Services and Financial Austerity: Getting Out of the Hole?**, Utah: Wheatley, 2012.

LAUNIUS, Sarah; KEAR, Mark. Fixing financialization in the credit-constrained city. **Urban Geography**, v. 40, n. 9, p. 1335–1355, 2019.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVOIE, Marc; SECCARECCIA, Mario. The political economy of the New Fiscalism - Editorial to the special issue. **European Journal of Economics and Economic Policies: Intervention**, v. 14, n. 3, p. 291–295, 2017.

LAZZARATO, Maurizio. **Governing by Debt**. Nova Iorque: Semiotext(e), 2013.

LAZZARATO, Maurizio. **The Making of the Indebted Man: An Essay on the Neoliberal Condition**. Nova Iorque: Semiotext(e), 2012. (Intervention Series).

LEBARON, Frédéric. Sociologia e ciências sociais em tempos de austeridade. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 2, p. 529–537, 2018.

LEGIDO-QUIGLEY, Helena; KARANIKOLOS, Marina; HERNANDEZ-PLAZA, Sonia; *et al.* Effects of the financial crisis and Troika austerity measures on health and health care access in Portugal. **Health Policy**, v. 120, n. 7, p. 833–839, 2016.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. **O processo de ordenamento fiscal no Brasil na década de 1990 e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LEVITAS, Ruth. The Just’s Umbrella: Austerity and the Big Society in Coalition Policy and Beyond. **Critical Social Policy**, v. 32, n. 4, p. 320–342, 2012.

LINHARES, Fabricio; PENNA, Christiano; BORGES, Glenda. Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1359–1373, 2013.

LOCHAGIN, Gabriel; OLIVEIRA DOMINGUES, Juliana. O sistema de integração das normas constitucionais de limitação ao endividamento público. **Revista Justiça do Direito**, v. 31, n. 3, p. 559, 2018.

LODI RIBEIRO, Ricardo. Austeridade seletiva e desigualdade. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, v. 7, n. 8, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfptd/article/view/39274>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **O colapso das finanças públicas estaduais e a crise da federação**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

LOPREATO, Francisco Luiz C. Um olhar sobre a política fiscal recente. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643083>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

LOUREIRO, André Soares, BARBOSA, Fernando de Holanda. Dívida Pública e Prêmio de Risco dos Títulos Públicos do Brasil, In: **Notas Técnicas do Banco Central do Brasil**, v. 42, BCB: Brasília, 2003.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. São Paulo: UNESP, 2017.

LOUREIRO, Maria Rita. O Senado no Brasil recente: política e ajuste fiscal. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 53–61, 2001.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e Reformas Fiscais no Brasil Recente. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 1, p. 50–72, 2004.

LUHMANN, Niklas. **Law as a social system**. Trad. Klaus A. Ziegert. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LUIZ CONTI, Vivaldo. Economia brasileira - As tentativas de superação da crise atual. **Caravelle**, v. 57, p. 55–65, 1991. (Número Consacré au Brésil).

MACARINI, José Pedro. A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987). **Textos para Discussão, IE/UNICAMP**, n. 157, 2009.

MACHADO, Daiane Borges; PESCARINI, Julia Moreira; ARAÚJO, Luís Fernando Silva Castro de; *et al.* Austerity policies in Brazil may affect violence related outcomes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4385–4394, 2019.

MACHADO, Guilherme Pavan. Direitos humanos, austeridade e a via legislativa nacional. **RVMD**, v. 12, n. 1, p. 36–59, 2018.

MACHADO, Jerônimo de Moraes. **Austeridade ou austericídio? Uma discussão sobre as políticas de ajuste econômico nos PIIGS e no Brasil na última década**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2018.

MAJOR, Aaron. **Architects of austerity: International Finance and the Politics of Growth**. Stanford: Stanford University Press, 2014.

MALTA, Deborah Carvalho. Crianças e Adolescentes, políticas de austeridade e os compromissos da Agenda 2030. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 348–348, 2019.

MALTA, Deborah Carvalho; DUNCAN, Bruce Bartholow; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo; *et al.* Medidas de austeridade fiscal comprometem metas de controle de doenças não transmissíveis no Brasil. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3115–3122, 2018.

MARAZZI, Christian. **The violence of financial capitalism**. Nova Iorque: Semiotext(e), 2011.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 4, n. 1, p. 259, 2017.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. **Economia Ensaios (UFU)**, v. 24, n. 1, p. 1–24, 2009.

MARQUESE, Rafael De Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 26, n. 41, p. 14–41, 2019.

MARQUESE, Rafael de Bivar; DA SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, 2018. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1363>>. Acesso em: 4 set. 2019.

MARQUESE, Rafael De Bivar; PIMENTA, João Paulo. Tradições de História Global na América Latina e no Caribe. **História da Historiografia**, n. 17, 2015. Disponível em: <<http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/775>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MARTINS, Eliseu; SILVA, Amado Francisco da; RICARDINO, Álvaro. Escola Politécnica: possivelmente o primeiro curso formal de contabilidade do estado de São Paulo. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 17, n. 42, p. 113–122, 2006.

MASSONETTO, Luís Fernando. **O Direito Financeiro no capitalismo contemporâneo: a emergência de um novo padrão normativo**. Doutorado em Direito Econômico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MATSAGANIS, Manos; LEVENTI, Chrysa. The Distributional Impact of Austerity and the Recession in Southern Europe. **South European Society and Politics**, v. 19, n. 3, p. 393–412, 2014.

MATTEI, Clara E. The Guardians of Capitalism: International Consensus and the Technocratic Implementation of Austerity. **Journal of Law and Society**, v. 44, n. 1, p. 10–31, 2017.

MATTEI, Clara Elisabetta. Austerity and repressive politics: Italian economists in the early years of the fascist government. **The European Journal of the History of Economic Thought**, v. 24, n. 5, p. 998–1026, 2017.

MAZZA, Willame Parente. **Estado e Constituição: crise financeira, política fiscal e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MAZZA, Willame Parente. O Estado Endividado: na encruzilhada entre o desenvolvimento econômico e os direitos sociais. *In*: CONTI, José Maurício (Org.). **Dívida Pública**. São Paulo: Blucher, 2019.

MCBRIDE, Stephen. Constitutionalizing Austerity: Taking the Public out of Public Policy. **Global Policy**, v. 7, n. 1, p. 5–14, 2016.

MCBRIDE, Stephen. **The austerity state**. Toronto: University Toronto Press, 2017.

MCBRIDE, Stephen. The New Constitutionalism and Austerity. *In*: MCBRIDE, Stephen. **The austerity state**. Toronto: University Toronto Press, 2017.

MEANS, Alexander J., **Schooling in the Age of Austerity: Urban Education and the Struggle for Democratic Life**. Londres: Palgrave Macmillan US, 2013. (New Frontiers in Education, Culture, and Politics).

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas**, n. 309, 2017.

MENDES, Áquilas Nogueira. A saúde pública brasileira num universo “sem mundo”: a austeridade da Proposta de Emenda Constitucional 241/2016. **Cadernos de Saúde Pública (CSP)**, v. 32, n. 12, 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Exposição de Motivos n. 395. 1993.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Plano de Ação Imediata. **Gazeta Mercantil**, p. 8, 1993.

MIROWSKI, Philip. Postface: Defining Neoliberalism. *In*: **The Road from Mont Pèlerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

MITCHELL, Martin; BENINGER, Kelsey; RAHIM, Nilufer; *et al.* Implications of austerity for LGBT people and services. n. Londres: Natcen, 2013.

MITCHELL, William; FAZI, Thomas. **Reclaiming the State - A Progressive Vision of Sovereignty for a Post-Neoliberal World**. Londres: Pluto Press, 2017.

MUDGE, Stephanie Lee. What is neo-liberalism? **Socio-Economic Review**, v. 6, n. 4, p. 703–731, 2018.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy. **Finanças públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NAHTIGAL, Matjaz; BUGARIC, Bojan. The EU Fiscal Compact: Constitutionalization of Austerity and Preemption of Democracy in Europe. **SSRN Electronic Journal**, 2012. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/abstract=2194475>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

NELSON, Stephen C. From one crisis to the next: IMF-Argentine Relations, 1985–2002. *In*: **The Currency of Confidence**. 1. ed. Londres: Cornell University Press, 2017. Disponível em: <www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1mmfs10>.

NGAIRE WOODS. **The globalizers: the IMF, the World Bank and their borrowers.** Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2006.

NORTON, Philip. The Lady's Not For Turning But What About the Rest?: Margaret Thatcher and the Conservative Party 1979–1989. **Parliamentary Affairs**, 1990. Disponível em: <https://academic.oup.com/pa/article/43/1/41/1463460/THE-LADYS-NOT-FOR-TURNING-BUT-WHAT-ABOUT-THE-REST>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

O'CONNOR, James. **The Fiscal Crisis of the State.** Nova Iorque: St. Martin's Press, 1973.

O'DWYER, Muireann. Making sense of austerity: the gendered ideas of European economic policy. **Comparative European Politics**, v. 16, n. 5, p. 745–761, 2018.

OLIVEIRA, Fabio Villares de. **O Banco do Brasil no ciclo recente: 1964-1979.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1986.

ORAIR, Rodrigo Octávio. Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal. **Texto para Discussão, No. 2215, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília,** v. 2215, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2215.pdf>.

ORAIR, Rodrigo Octávio; GOBETTI, Sérgio Wulff. Do Expansionismo à Austeridade: a política fiscal em período recente. **Boletim de Análise Político-Institucional**, v. 12, p. 51–60, 2017.

ORTIZ, Isabel; CUMMINS, Matthew. Austerity: The New Normal a Renewed Washington Consensus 2010-24. **Initiative for Policy Dialogue (IPD); International Confederation of Trade Unions (ITUC); Public Services International (PSI); European Network on Debt and Development (EURODAD); The Bretton Woods Project (BWP)**, n. Working Paper October 2019, p. 1–78, .

PAES DE BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; ROCHA, Sonia. Brazil: welfare, inequality, poverty, social indicator, and social programas in the 1980s. *In: Coping with austerity: poverty and inequality in Latin America.* Washington: The Brookings Institution, 1995.

PAIVA RAMOS, André; LACERDA, Antonio Corrêa de. A Emenda Constitucional (EC) 95 e o engodo do “teto de gastos”. *In: O mito da austeridade.* São Paulo: Contracorrente, 2019, p. 53–77.

PANTON, Mark; WALTERS, Geoff. ‘It’s just a Trojan horse for gentrification’: austerity and stadium-led regeneration. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 10, n. 1, p. 163–183, 2018.

PASSEROTTI, Denis Camargo. **O orçamento como instrumento de intervenção no domínio econômico.** Mestrado em Direito Econômico e Financeiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-20052016-105731/>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PAULANI, Leda. A Experiência Brasileira entre 2003-2014: neodesenvolvimentismo? **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, p. 135–155, 2017.

PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, p. 237–264, 2013.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery – Servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, Leda. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. **Margem Esquerda**, v. 32, n. 1, 2019.

PAULANI, Leda. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PAVOLINI, Emmanuele; GUILLÉN, Ana M. (Orgs.). **Health Care Systems in Europe under Austerity: Institutional Reforms and Performance**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

PECK, Jamie. Austerity urbanism. **City**, v. 16, n. 6, p. 626–655, 2012.

PECK, Jamie. Pushing austerity: state failure, municipal bankruptcy and the crises of fiscal federalism in the USA. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 7, n. 1, p. 17–44, 2013.

PEDRAS, Guilherme Binato Villela. História da dívida pública no Brasil: de 1964 até os dias atuais, In A. C. Silva, L. O. de Carvalho & O. L. de Medeiros (Orgs.), **Dívida pública: a experiência brasileira**, Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional/Banco Mundial, 2009.

PEDROSO NETO, Antonio Jose; UNDURRAGA, Tomás. The Elective Affinity Between Elite Journalists and Mainstream Economists in Brazil. **Journalism Studies**, v. 19, n. 15, p. 2243–2263, 2018.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, p. 359–381, 2013.

PERONDI, Eduardo. Crise econômica e instabilidade política: cenários da ofensiva do capital contra o trabalho no Brasil. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 603–621, 2017.

PERRONS, Diane. Gender and Inequality: Austerity and Alternatives. **Intereconomics**, v. 52, n. 1, p. 28–33, 2017.

PERUGINI, Cristiano; ŽARKOVIĆ RAKIĆ, Jelena; VLADISAVLJEVIĆ, Marko. Austerity and gender inequalities in Europe in times of crisis. **Cambridge Journal of Economics**, v. 43, n. 3, p. 733–767, 2018.

PESSOA, Robertônio. Jurisdição constitucional em tempos de austeridade fiscal. **Revista de Direito UNINOVAFAPI**, v. 1, n. 2, p. 1–9, 2016.

PHILLIPS-FEIN, Kim. **Fear City: New York's Fiscal Crisis and the Rise of Austerity Politics**. Nova Iorque: Metropolitan, 2017.

PIERSON, Paul. Coping with permanent austerity: welfare state restructuring in affluent democracies. **Revue française de sociologie**, v. 43, n. 2, p. 369–406, 2002. (L'Europe sociale en perspectives).

PIKETTY, Thomas. **O capital no Século XX**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **A era da austeridade acabou, diz analista britânico**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/12/a-era-da-austeridade-acabou-diz-analista-britanico.shtml>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PINTO, Élide Graziane. Instrumentalidade da responsabilidade fiscal em prol do custeio constitucionalmente adequado dos direitos fundamentais. *In*: BUISSA, Leonardo; RIEMANN, Simon; MARTINS, Rafael Lara (Orgs.). **Direito e finanças públicas nos 30 anos da Constituição: Experiências e desafios nos campos do Direito Tributários e Financeiro**. Florianópolis: Tirant Blanch, 2018. (Coleção Experiência Jurídica nos 30 anos da Constituição Brasileira).

PINTO, Élide Graziane. **Mínimos minorados na iminência de seu congelamento por 20 anos**. Conjur. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-abr-25/contas-vista-minimos-minorados-iminencia-congelamento-20-anos>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PIRES, Manoel; BORGES, Bráulio, A Despesa Primária do Governo Central: estimativas e determinantes no período 1986-2016, **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 49, n. 2, p. 209–234, 2019.

POLLIN, Robert. **Contours of Descent: U.S. Economic Fractures and the Landscape of Global Austerity**. Londres: Verso, 2003.

PRATES, Daniela Magalhães. A abertura financeira dos países periféricos e os determinantes dos fluxos de capitais. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 1, 1999.

PRETTO NETO, Dary. **Um histórico das recentes políticas econômicas de combate à inflação no Brasil**. Mestrado em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PROL, Flávio Marques. **Direito e macroeconomia: regimes jurídicos da política fiscal**. Doutorado em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RADICE, Hugo. Cutting government deficits: Economic science or class war? **Capital & Class**, v. 35, n. 1, p. 125–137, 2011.

RAFFERTY, Anthony. Gender equality and the impact of recession and austerity in the UK. **Revue de l'OFCE**, v. 133, n. 2, p. 335–361, 2014.

RAISER, Martin; CLARKE, Roland; PROCEE, Paul; *et al.* **De Volta ao Planejamento - Como Preencher a Lacuna de Infraestrutura no Brasil em Tempos de Austeridade**. [s.l.]: Grupo Banco Mundial, 2017.

RAKOPOULOS, Theodoros (Org.). **The Global Life of Austerity**. Nova Iorque, Londres: Berghahn Books, 2018. (Critical Interventions: A Forum for Social Analysis).

REINHART, Carmen M; ROGOFF, Kenneth S. **This time is different: Eight centuries of financial folly**. [s.l.]: princeton university press, 2009.

REINHART, Carmen; ROGOFF, Kenneth. **Growth in a Time of Debt**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2010. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w15639.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

RIBEIRO, Andrea Oliveira. Ideias econômicas e economistas no Brasil: notas para o entendimento de um regime de conhecimento anti-austeridade. **Em Tese**, v. 15, n. 1, p. 103–128, 2018.

RICKEN, Guilherme. **Direito econômico entre crise e estabilização**. Mestrado em Direito Econômico e Financeiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-17082016-165403/>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ROBERTBRENNER. **O Boom e a Bolha**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ROCHA, Katia; MOREIRA, Ajax. O impacto da política fiscal nos spreads soberanos: A austeridade fiscal e a qualidade do ajuste. **Texto para Discussão, No. 1422, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília**,

ROCHA, Katia; MOREIRA, Ajax. O Impacto da Política Fiscal nos Spreads dos Países Emergentes. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 10, n. 1, p. 31–48, 2012.

ROSA MARIA M. MARQUES; ÁQUILAS MENDES. Os dilemas do financiamento do SUS no interior da seguridade social. **Economia e Sociedade**, v. 14, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643043>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ROSS, Andrew. Mortgaging the Future: Student Debt in the Age of Austerity. **New Labor Forum**, v. 22, n. 1, p. 23–28, 2013.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, 2016.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, BRAZIL; *et al.* Impactos do novo regime fiscal na saúde e educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 12, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2016001200501&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ARANTES, Flávio; *et al.* Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. e0223456, 2019.

RYAN, Francis. **Crippled: Austerity and the Demonization of Disabled People**. Nova Iorque, Londres: Verso, 2019.

SAAD-FILHO ALFREDO. Inflation theory: A critical literature review and a new research agenda. *In*: PAUL ZAREMBKA (Org.). **Value, Capitalist Dynamics and Money**. [s.l.]: Emerald Group Publishing Limited, 2000, v. 18, p. 335–362. (Research in Political Economy). Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0161-7230\(00\)18014-9](https://doi.org/10.1016/S0161-7230(00)18014-9)>. Acesso em: 6 set. 2019.

SALVARANI, Giuliano Cardoso. Entre bêbados e equilibristas: o contexto de reformas institucionais no orçamento brasileiro entre a Constituição de 1988 e a Emenda Constitucional nº 95/2016 à luz do Direito Financeiro. **Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico**, v. 12, n. 7, 2018.

SANTOS, Isabela Soares; VIEIRA, Fabiola Sulpino. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, p. 2303–2314, 2018.

SAYER, Derek. **The violence of abstraction – the analytic foundations of historical materialism**. Nova Iorque: Basil Blackwell, 1987.

SCHAFER, Armin; STREECK, Wolfgang. **Politics in the Age of Austerity**. Cambridge: Polity, 2013.

SCHIAVONE, Michael. **Austerity and the labor movement**. Albany: SUNY Press, 2016.

SCHOENBAUM, T.J. **The age of austerity: The global financial crisis and the return to economic growth**. [s.l.: s.n.], 2012.

SCHUI, Florian. **Austerity: the great failure**. New Haven, Londres: Yale University Press, 2014.

SERRANO, Franklin; BRAGA, Julia. O mito da contração fiscal expansionista nos EUA durante o governo Clinton. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 213–239, 2006.

SICSÚ, João. Políticas não-monetárias de controle da inflação: uma proposta pós-keynesiana. **Análise Econômica**, v. 21, n. 39, 2003.

SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da; EMERIQUE, Lilian Balmant; BARISON, Thiago (Orgs.). **Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2018.

SILVA JUNIOR, Waldomiro Lourenço da. **Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c.1760-1871**. Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21102015-124324/>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVEIRA, Francisco Secaf Alves. **O estado econômico de emergência e as transformações do direito financeiro brasileiro**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019. (Direito Financeiro Atual).

SIMMONS, Beth A.; DOBBIN, Frank; GARRETT, Geoffrey. Introduction: The International Diffusion of Liberalism. **International Organization**, v. 60, n. 04, 2006. Disponível em: <http://www.journals.cambridge.org/abstract_S0020818306060267>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores, **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 88, p. 89–111, 2010.

SINGER, André. **O lulismo em crise: o quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDELSKY, Robert; FRACCAROLI, Nicolò (Orgs.). **Austerity vs Stimulus - The Political Future of Economic Recovery**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: The End of Empire and the Birth of Neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SOUZA, Saulo Santos de. **A fria austeridade das regras fiscais resiste ao calor das urnas? Oportunismo fiscal e contabilidade criativa nos estados brasileiros.** Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2008.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **PEC do Novo Regime Fiscal: constitucionalização da austeridade e subcidadania.** JOTA. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/pec-novo-regime-fiscal-constitucionalizacao-da-austeridade-e-subcidadania-16112016>>. Acesso em: 1 nov. 2018.

STEDMAN JONES, Daniel. **Masters of the Universe: Hayek, Friedman and the Birth of Neoliberal Politics.** Princeton: Princeton University Press, 2012.

STIGLITZ JOSEPH. **Rumo a um novo paradigma em economia monetária.** São Paulo: Francis, 2004.

STOKES, Susan C. **Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STREECK, Wolfgang. **Buying time - the delayed crisis of democratic capitalism.** Londres: Verso, 2014.

STREECK, Wolfgang. **How will capitalism end?** Londres: Verso, 2016.

STROBL, Daniel; BÄCK, Hanna; MÜLLER, Wolfgang C.; *et al.* Electoral Cycles in Government Policy Making: Strategic Timing of Austerity Reform Measures in Western Europe. **British Journal of Political Science**, p. 1–22, .

STUBBS, Thomas; KENTIKELIS, Alexander. International financial institutions and human rights: implications for public health. **Public health reviews**, v. 38, p. 27–27, 2017.

STUCKLER, David; BASU, Sanjay. **The Body Economic: Why Austerity Kills.** Nova Iorque: Basic Books, 2013.

STUCKLER, David; REEVES, Aaron; LOOPSTRA, Rachel; *et al.* Austerity and health: the impact in the UK and Europe. **European Journal of Public Health**, v. 27, n. suppl_4, p. 18–21, 2017.

SULPINO VIEIRA, Fabiola. **Nota Técnica 26 - Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas?**, IPEA, Brasília, 2016.

TALVING, Liisa. The electoral consequences of austerity: economic policy voting in Europe in times of crisis. **West European Politics**, v. 40, n. 3, p. 560–583, 2017.

TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. *In*: MERCADANTE, Aloísio (Org.). **O Brasil pós-Real - A política econômica em debate.** Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1997, p. 101–129.

TAVARES, Maria da Conceição; MELO, Hildete Pereira de; CAPUTO, Ana Claudia; *et al.* O Plano de Metas e o papel do BNDE. **Memórias do Desenvolvimento. Ano 4, nº 4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, n. 4, 2010.

TAVARES, Martus. Vinte anos de política fiscal no Brasil: dos fundamentos do novo regime à Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v. 4, n. 7, 2005.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DWECK, Esther; CHERNAVSKY, Emílio. A economia política da política fiscal e o processo de impeachment. **Encontro Nacional de Economia Política**, v. 28, 2018.

THIER, Andreas. Time, Law, and Legal History – Some Observations and Considerations. **Rechtsgeschichte - Legal History**, v. 2017, n. 25, p. 020–044, 2017.

THOMSON, Michael; KENTIKELIS, Alexander; STUBBS, Thomas. Structural adjustment programmes adversely affect vulnerable populations: a systematic-narrative review of their effect on child and maternal health. **Public Health Reviews**, v. 38, n. 1, p. 13, 2017.

TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão - trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

TONKISS, Fran. Austerity urbanism and the makeshift city. **City**, v. 17, n. 3, p. 312–324, 2013.

TORRES, Heleno Tavares. **Direito constitucional financeiro**. São Paulo: RT, 2014.

TORRES, Ricardo Lobo. **Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário: orçamento na Constituição**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. 5v.

TURNER, Rachel. **Neo-Liberal Ideology: History, Concepts and Policies**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

VAN GOOL, Kees; PEARSON, Mark. **Health, Austerity and Economic Crisis: Assessing the Short-term Impact in OECD countries**. [s.l.]: OECD Publishing, 2014. Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:oec:elsaad:76-en>>.

VASCONCELOS, Jonnas Esmeraldo Marques de. **BRICS: agenda regulatória**. Doutorado em Direito Econômico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VIDIGAL, Lea. **BNDES: um estudo de Direito Econômico**. São Paulo: LiberArs, 2019.

VIEIRA JUNIOR, Ronaldo Jorge Araujo. As inconstitucionalidades do “Novo Regime Fiscal” instituído pela PEC nº 55, de 2016 (PEC nº 241, de 2016, na Câmara dos Deputados). **Boletim do Legislativo**, v. 53, p. 48p, 2016.

WAHLBECK, Kristian; MCDAID, David. Actions to alleviate the mental health impact of the economic crisis. **World psychiatry**, v. 11, n. 3, p. 139–145, 2012.

WEILLER, José Alexandre Buso. **Uma análise da importância do Gasto Social e da Saúde Pública no Brasil diante da crise do capitalismo contemporâneo**. Doutorado em Serviços de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-26082019-120212/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

WHITESIDE, Heather. Austerity as epiphenomenon? Public assets before and beyond 2008. **Cambridge Journal of Regions, Economy and Society**, v. 11, n. 3, p. 409–425, 2018.

WHITFIELD, Dexter. **Unmasking Austerity: Opposition and Alternatives in Europe and North America**. Nottingham: Spokesman Books, 2014.

WORLD BANK. **A fair adjustment: efficiency and equity of public spending in Brazil**. Washington: World Bank Group, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/Volume-I-s%C3%ADntese>>.

WREN-LEWIS, Simon. A general theory of austerity. **BSG Working Paper Series**. Oxford: University of Oxford, 2016.

XAVIER, Roberto Sobreira. **Austeridade que mata: uma análise do impacto da crise política sobre os indicadores de Atenção Primária em Saúde no Estado de São Paulo**. Mestrado em Análise de Políticas Públicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100138/tde-15082019-125429/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

YERGIN, Daniel; STANISLAW, Joseph. **The Commanding Heights: The Battle Between Government and Market Place that is Remaking the Modern World**. Nova Iorque: Simon & Schuster, 1999.